

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	01
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	07
Demonstrações dos resultados	09
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações dos valores adicionados.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Destaques

A **Receita Operacional Líquida** no ano calendário 2021 foi de R\$3.087.172 mil, representando um crescimento de 44,6% com relação ao ano anterior.

Nosso **Ebitda** atingiu o valor de R\$403.230, 1,6% inferior ao ano anterior, representando uma margem EBITDA de 13,1% da receita operacional líquida.

O **ROIC (pre-tax)** apurado no ano de 2021 foi de 25,5%, ficando 27,8p.p. abaixo do realizado no ano anterior.

Nosso **Lucro Líquido** no ano foi de R\$363.509 mil, representando um crescimento de 10,8% com relação ao realizado no ano anterior e margem líquida de 11,8% da receita operacional líquida.



Mensagem da Administração

O exercício de 2021 se demonstrou um período de muitos desafios e de muitas conquistas por parte da Intelbras.

Iniciamos o ano com a abertura de capital na B3, sob o Ticker INTB3, um processo que nos permitiu participar de um seleto grupo de empresas listadas no segmento do Novo Mercado. Nossos planos, nossa estrutura de governança e principalmente nossos resultados passaram a ser acompanhados de perto pelo grande público e em especial por acionistas minoritários que dedicam sua confiança a nossa administração. Nosso dia a dia passou a ser mais exposto, e com isso nosso foco no resultado e a obstinação por alcançar nossas metas se tornou ainda mais presente no dia a dia da companhia. Pela décima oitava vez integramos a lista das melhores empresas para se trabalhar no Brasil no ranking da GPTW (Great Place to Work).

O crescimento de receita operacional líquida, bem como as conquistas individuais de cada segmento de negócios ao longo do ano nos permite qualificar 2021 como um excelente ano. Crescemos vendas em todas as unidades de negócio, ganhamos espaço em novas linhas e nos consolidamos em nossos negócios mais maduros.

A aquisição da mais nova empresa do grupo, em abril de 2021, a Khomp, reforça nossa posição de desenvolvedores de tecnologia e de uma empresa que busca constantemente a inovação. Durante o segundo semestre, o anúncio de nossa parceria com a Qualcomm, objetivando o desenvolvimento de tecnologia nacional para o 5G e nossa entrada como player relevante neste negócio complementa nossa oferta tecnológica e nos diferencia como empresa nacional.

Durante o ano, demos passos importantes para que nossa companhia seja relevante e reconhecida no mercado de Geração Distribuída de Energia, através de nossos geradores de energia solar. Este segmento se destacou, e continuaremos investindo na inclusão de nossas revendas e parceiros neste que é um dos mercados de maior crescimento para os próximos anos.

Foram muitas conquistas, em um ambiente de negócios bastante desafiador. Nossa certeza de que estamos no caminho certo, atentos às mudanças e sempre focado nos resultados que são alcançados em conjunto com nossos parceiros revendedores e instaladores, entramos 2022 com toda confiança que conquistaremos novos desafios e seguiremos nosso caminho de crescimento e rentabilidade de nosso negócio.



Principais indicadores Financeiros

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	AH%	2019	AH%
Receita operacional líquida	3.087.172	2.134.376	44,6%	1.697.956	81,8%
Lucro bruto	909.276	700.834	29,7%	593.146	53,3%
Margem bruta	29,5%	32,8%	-3,4p.p	34,9%	-5,5p.p
EBITDA	403.230	409.785	-1,6%	202.611	99,0%
Margem EBITDA	13,1%	19,2%	-6,1p.p	11,9%	+1,1p.p
Lucro líquido	363.509	327.956	10,8%	189.393	91,9%
Margem líquida	11,8%	15,4%	-3,6p.p	11,2%	+0,6p.p
ROIC (pre-tax)	25,5%	53,3%	-27,8p.p	31,2%	-5,7p.p



Receita Operacional Líquida

Em 2021, crescemos 44,6% nossa receita operacional líquida, atingindo a marca de R\$3.087.172 mil e superando nosso orçamento para o ano. Houve crescimento de receita em nossos três segmentos de atuação.

Segurança apresentou um crescimento de 41,2% chegando ao montante de R\$1.620.093 mil, com amplo crescimento em todas as suas categorias de produtos.

Já em comunicação, nosso segmento mais afetado pelas adversidades logísticas, crescemos 18,8%, atingindo uma receita operacional líquida de R\$917.976 mil.

Por fim, nosso segmento mais recente apresentou um expressivo crescimento, de 155,9% e atingiu o total de R\$549.103 mil, com destaque para o negócio de Energia Solar que triplicou sua receita operacional líquida em 2021.

Concluimos um ano com excelente crescimento de receita operacional líquida, o que reflete de maneira clara a assertividade de nossas estratégias e a capacidade de excelência na execução dos planos.

Lucro Bruto

Em um cenário desafiador como o do ano de 2021, nosso crescimento do lucro bruto não acompanhou o crescimento da receita operacional líquida, como pode ser observado na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	AH R\$	AH%
Receita operacional líquida	3.087.172	2.134.376	952.796	44,6%
Custo dos produtos vendidos	(2.177.896)	(1.433.542)	(744.354)	51,9%
Lucro bruto	909.276	700.834	208.442	29,7%

De forma geral, a companhia repassa em seus preços, os aumentos de custo ocorridos ao longo do ano. Por outro lado, entendemos que alterações de custo, originadas por questões pontuais, como uma mudança no modal de transporte, que busque acelerar o trânsito do material, ou ainda a aquisição de matérias primas em fornecedores alternativos, com custos mais elevados, para manter os volumes de produção alinhados com as demandas de mercado, não devem ser repassados ao mercado, de forma a buscar um maior equilíbrio e estabilidade dos preços na ponta.

Ao longo de 2021, a companhia atuou desta forma, e a compressão no lucro bruto se deu exatamente por esta questão.

EBITDA

Nosso resultado operacional, medido através do Ebitda se mostra adequado aos nossos planos e ao nosso histórico. O ano de 2020, base de comparação para este exercício, foi marcado por três grandes eventos que contribuíram para que houvesse um resultado bastante superior ao orçado. São eles: (i) repasse imediato das variações do câmbio, porém com os custos médios de estoque subindo de forma atenuada levando a um aumento da margem bruta, (ii) redução de todas as despesas da companhia, em função da crise sanitária e (iii) ganho de causa da ação judicial do Pis/Cofins. Destes três pontos citados, fizemos um ajuste em nosso Ebitda para fins de comparação, considerando somente o terceiro:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	AH%	2019	AH%
Lucro líquido	363.509	327.956	10,8%	189.393	91,9%
(+/-) IR/CSLL	7.017	(11.230)	-162,5%	1.075	553,0%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(7.918)	69.648	-111,4%	(6.539)	21,1%
(+) Depreciação	26.962	17.500	54,1%	14.141	90,7%
(+) Amortização	13.660	5.911	131,1%	4.541	200,8%
EBITDA	403.230	409.785	-1,6%	202.611	99,0%
(+) Decisão judicial Pis/Cofins	-	(73.579)	-	-	-
(-) Participação nos lucros Pis/Cofins	-	20.624	-	-	-
EBITDA Ajustado	403.230	356.830	13,0%	202.611	99,0%
% EBITDA	13,1%	19,2%		11,9%	
% EBITDA Ajustado	13,1%	16,7%		11,9%	

Percebe-se que a leve redução do Ebitda se reverte em um crescimento de 13% quando comparado ao ano de 2020. Embora o crescimento do resultado operacional de 2021 esteja abaixo do crescimento do lucro bruto, destaca-se que está superior ao ano de 2019, pré pandemia, quando as despesas operacionais da companhia estavam alinhadas com seus planos de crescimento, concluindo o ano com uma margem Ebitda de 13,1%, em linha com os planos da companhia.

O gráfico a seguir representa a evolução do Ebitda, sem ajustes, desde o fechamento do ano anterior:



Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício foi de R\$363.509, representando uma margem líquida de 11,8% da receita operacional líquida e um crescimento de 10,8% com relação ao exercício anterior. Assim como destacado acima, nas considerações sobre os ajustes no Ebitda, o ganho de causa da ação judicial do Pis/Cofins também gerou impacto positivo no lucro líquido no exercício de 2020, de forma que se ajustado, o crescimento seria de 59,1%, frente ao resultado de R\$228.448 apresentado em 2020 se desconsiderado o impacto de tal ação judicial.

Ao longo de todo o exercício de 2021, aplicamos nossa política de hedge com eficiência, e o resultado pode ser visto na redução de 88% na variação cambial líquida, contribuindo para que o resultado operacional se reflita também no resultado líquido.

Destaca-se também, a leve contribuição do resultado financeiro líquido, bem como a manutenção de uma alíquota de imposto de renda histórica de nossa operação.

ROIC (pre-tax)

O ROIC (pre-tax) do ano acumula os resultados obtidos ao longo últimos quatro trimestres, e seu cálculo está descrito na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	AH%	2019	AH%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	362.608	386.374		183.929	
Imposto de renda e contribuição social	(7.017)	11.230		(1.075)	
NOPAT	355.591	397.604	-10,6%	182.854	94,5%
(Caixa)/Dívida líquida	(497.164)	(251.454)		(134.919)	
Patrimônio líquido	1.919.139	976.230		724.859	
Capital empregado	1.421.975	724.776	96,2%	589.940	141,0%
ROIC	25,0%	54,9%	-29,9p.p	31,0%	-6,0p.p
ROIC Pre-tax	25,5%	53,3%	-27,8p.p	31,2%	-5,7p.p

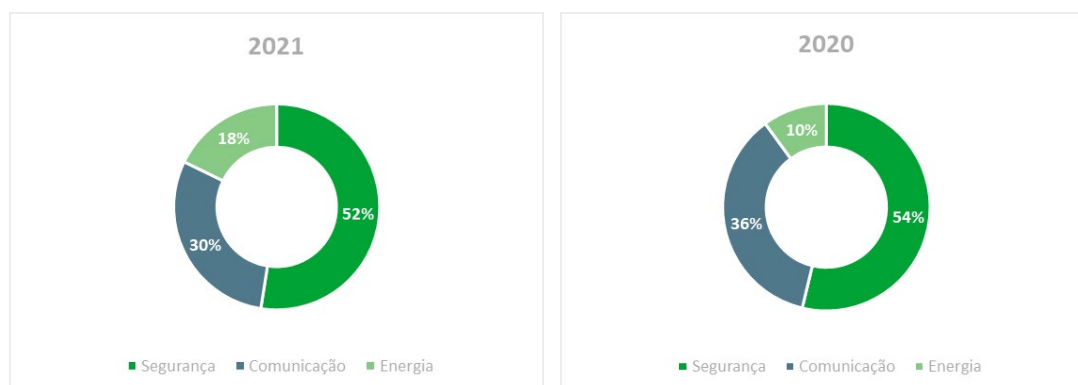
Embora haja uma queda relevante no ROIC quando comparado ao ano de 2020, destaca-se a nova estrutura de capital e os impactos neste indicador originados na entrada de recursos pela emissão de ações para a oferta primária já vinham sendo apresentados ao longo dos últimos trimestres.

A companhia vem fazendo os investimentos necessários para seguir os planos de crescimento, criação e ocupação de novos mercados e deve seguir desta forma para os próximos períodos.

Cabe a ressalva de que o indicador ROIC havia sido positivamente afetado pelas mesmas razões já descritas nos capítulos a respeito do Ebitda e do Lucro Líquido.



Evolução do Negócio por Segmento de Atuação



O ano de 2021 foi de grande avanço em todas as unidades de negócio da companhia, e por consequência em nossos três segmentos de atuação.

Energia, como o segmento mais recente, vem crescendo acima dos demais segmentos e passou a representar 18% da nossa receita operacional líquida. Embora todos os três segmentos cresçam, a aceleração vista tanto em Energia, como em Energia Solar, o levam a tomar espaço em nosso negócio.

Em um período de várias adversidades, com um ambiente de negócios de alta complexidade, nossos três segmentos entregaram resultados acima dos resultados planejados para o ano.

A seguir, cada um dos três segmentos pode ser observado com maiores detalhes.

Segurança

Nosso principal segmento de atuação conclui um ano de muitas conquistas. O crescimento de 41,2% na receita operacional líquida comparado ao ano anterior se dá devido ao nosso posicionamento estratégico no mercado que oferece soluções completas e integradas tanto aos nossos parceiros revendedores e instaladores quanto aos clientes finais.

SEGURANÇA	2021	2020	AH%
Receita operacional líquida	1.620.093	1.147.074	41,2%
Lucro Bruto	552.164	418.635	31,9%
% Lucro Bruto	34,1%	36,5%	-2,4p.p
Quantidades	22.521.490	17.244.392	30,6%

Em um ano de muitas adversidades logísticas, lançamos nossa linha de automação de portões e nossa linha IZY, levando mais segurança às residências, introduzindo em nosso país o conceito de casa conectada. Embora, ambas as linhas ainda se encontrem em fase de introdução no mercado, são linhas com potenciais importantes de crescimento para os próximos anos.

Em nossos negócios mais maduros, destacamos a construção de mercado que vem sendo feita em controle de acessos, através de tecnologias mais acessíveis e eficientes. Nossos controladores de

acesso faciais, vem sendo muito bem aceitos em todas as gamas de empresas em território nacional. Nossas fechaduras digitais bateram novamente mais um recorde de vendas neste ano, e estão consolidadas no mercado como a principal marca deste produto.

A compressão do lucro bruto, observada quando o comparamos com o ano de 2020, se deve aos diversos fatores adversos ocorridos ao longo de 2021, em especial a deterioração da cadeia logística que nos levou a realizar custos adicionais para obtenção de materiais que não foram repassados ao preço. Destaca-se aqui a aquisição de matéria prima em fontes alternativas aos fornecedores padrão e a mudança de modal de transporte, utilizada para importar de forma mais rápida materiais urgentes ao longo do ano.

Comunicação

Nosso segmento de comunicação foi o mais afetado ao longo do ano pelas dificuldades de abastecimento. Ainda assim, concluímos o ano com um crescimento de receita operacional líquida de 18,8%, dentro das expectativas da companhia para o período.

COMUNICAÇÃO	2021	2020	AH%
Receita operacional líquida	917.976	772.713	18,8%
Lucro Bruto	239.315	230.099	4,0%
% Lucro Bruto	26,1%	29,8%	-3,7p.p
Quantidades	12.286.272	12.611.179	-2,6%

A deterioração da cadeia de suprimentos, citada anteriormente, também contribuiu para a compressão do lucro bruto neste segmento de negócios, quando o comparamos com o ano anterior. Porém, destaca-se que durante o segundo semestre de 2020, realizamos margens superiores às margens brutas históricas do segmento, devido à explosão da demanda por equipamentos naquele momento. Desta forma, entende-se que o lucro bruto apresentado em 2021 reflete a realidade deste segmento de atuação.

Energia

Nosso segmento de energia é o segmento destaque com relação ao crescimento de receita e penetração de mercado. Pelo segundo ano consecutivo crescemos acima de três dígitos, atingindo a marca de 155,9% de crescimento de receita operacional líquida, com as duas Unidades de Negócio desempenhando acima do previsto originalmente pela companhia.

ENERGIA	2021	2020	AH%
Receita operacional líquida	549.103	214.589	155,9%
Lucro Bruto	117.797	52.100	126,1%
% Lucro Bruto	21,5%	24,3%	-2,8p.p
Quantidades	3.914.103	2.525.192	55,0%

Tanto as estratégias de construção de portfólio, como de ocupação do mercado vem sendo muito bem aceitas em todo o território nacional, de forma que estamos encurtando nossa distância para os líderes neste segmento de negócios.

Do ponto de vista do lucro bruto, além do impacto logístico citado anteriormente, destaca-se que neste segmento de negócios, Energia Solar vem crescendo em ritmo acelerado e proporcionalmente representa mais que em 2020. Desta forma, mesmo sem os aumentos de custos originados pela erosão da cadeia de suprimentos ao longo do ano, haveria uma compressão de lucro bruto pois as margens brutas praticadas por Energia Solar são menores que a outra unidade de negócio que compõe este segmento de atuação.

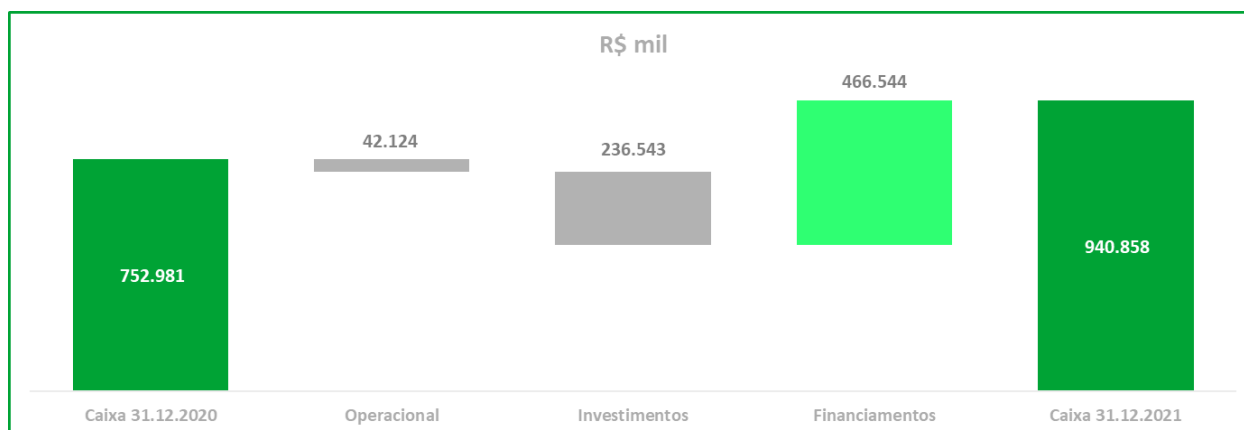


Posição de Caixa e Dívidas

Nossa posição de caixa se mantém relevante, e nos permite avançar com nossos planos de crescimento e de investimentos. Ao longo de 2021, após a entrada de recursos da oferta primária em decorrência do IPO, aceleramos nossos planos de investimentos para expansão da capacidade industrial e de estudos e aquisições de novas empresas.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	AH R\$
Caixa	940.858	752.981	187.877
Operacional (Outros)	(42.124)	238.330	(280.454)
Atividade investimento	(236.543)	(53.004)	(183.539)
Atividade financiamento	466.544	166.027	300.517

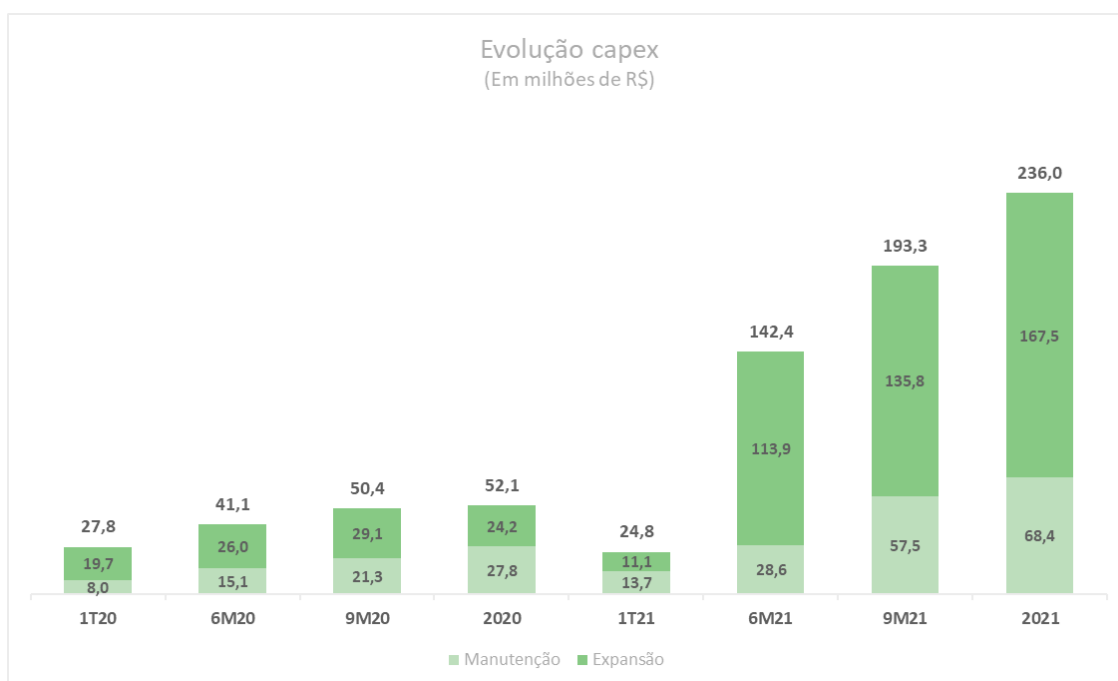
Devido às dificuldades logísticas, decidimos investir também na ampliação de nosso estoque, com o objetivo de reduzir eventuais impactos em nossos planos de vendas e produção. O estoque vem se elevando ao longo dos últimos meses do exercício de 2021, e está adequado para iniciarmos o ano de 2022.



Parte do resultado operacional negativo se deve principalmente ao movimento de elevação dos estoques. Nossos investimentos e atividades de captação seguem alinhadas com nossos objetivos e continuarão sendo executados com a premissa de manter o caixa da companhia robusto e adequado para a condução dos negócios ao longo dos próximos períodos.



CAPEX



Mantemos nosso plano de expansão, com investimentos nas fábricas de SC, MG e AM, que ao longo do ano de 2021 totalizaram pouco menos de R\$100 milhões, além do investimento feito na aquisição da nossa controlada Khomp levando o Capex de expansão ao total de R\$172,2 milhões. Do ponto de vista do Capex de manutenção, realizamos R\$68,4 milhões que representam 2,2% da nossa receita operacional líquida, proporção bastante alinhada com nosso histórico de 2,5% ao longo dos últimos anos.

Perspectivas

Em nossos planos para 2022, observamos que há crescimento previsto para todas as nossas unidades de negócio. As estratégias estão definidas e as equipes estão em campo já em fase de execução. Iniciamos o ano com estoque de materiais disponível, observando uma leve melhora no ambiente logístico internacional, porém com a ressalva que ainda se faz necessária atenção redobrada para este tema.

Embora o ambiente macroeconômico se mostre desafiador, estamos focados para que as oportunidades que se apresentem ao longo do ano sejam capturadas e transformadas em resultado para a companhia.

Em 15 de fevereiro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato, por meio do qual se comprometeu a adquirir 100% das quotas da empresa Renovigi Energia Solar S.A.. A adquirida atua no segmento de Energia Solar, consolidada no mercado nacional, apoiando-se em uma rede capilar de parceiros para revenda de seus produtos. A aquisição trará aos diversos canais de vendas e parceiros da Companhia uma grande oportunidade de realização de negócios, ampliando a disponibilidade de produtos ao mercado local e fazendo com que toda a cadeia seja beneficiada. A Companhia pagará aos vendedores o valor total estimado de R\$334.336 a depender do atingimento de determinadas metas. A transação prevista no Contrato está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes ao fechamento usuais em operações desta natureza, incluindo, sem limitação, a aprovação da Transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Vemos com uma perspectiva muito positiva todo o crescimento do mercado de geração distribuída de energia solar, e estamos fazendo os investimentos necessários para que ao final de 2022, a companhia se torne um *player* ainda mais relevante neste segmento.

Os segmentos de segurança e comunicação também já estão atuando para manter seus níveis de crescimento alinhados com nossos históricos e contribuirão para um novo exercício de muitas conquistas.

A manutenção de uma cultura voltada para o cliente, sempre próxima de todos os envolvidos em nossos negócios, em toda a cadeia de geração de valor, e muito orientada para o resultado é uma das prioridades para o ano. Essa cultura vem sustentando os resultados recentes e será imprescindível para nossos resultados futuros.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Combinação de negócios

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 11.f às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no primeiro semestre de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do controle da empresa Khomp Indústria e Comércio S.A. Ao adquirir um negócio, a Companhia deve mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como o valor justo da contraprestação transferida. A Companhia deve também mensurar e reconhecer separadamente o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“Goodwill”).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores envolvidos na aquisição da empresa anteriormente mencionada foram, em conjunto, materiais para a auditoria; (ii) a mensuração dos valores justos de ativos, passivos e “Goodwill” envolveu a aplicação de metodologias e premissas de avaliação relevantes que são complexas e requerem alto grau de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas, tais como taxas de desconto e crescimento; (iii) as alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor dos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora; e (iv) houve extensa interação com a Administração da Companhia na avaliação do tema ao longo do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos contratos que formalizaram a combinação de negócios e análise da documentação suporte para as transações; (ii) o envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas para avaliação das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por rentabilidade futura; (iii) avaliação dos registros contábeis decorrentes da transação de aquisição. Consideramos o reconhecimento da combinação de negócios da Khomp Indústria e Comércio S.A., incluindo a determinação do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e do “Goodwill”, assim como as divulgações nas notas explicativas nº 3.1 e nº 11.f aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA

A Companhia realiza parte significativa de suas vendas através de canais de distribuidores e varejista, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas práticas contábeis referentes a receita de contratos com clientes, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.15 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) o valor das receitas de vendas representa um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) o grande volume de transações requer a operação de atividades de controles internos e sistemas informatizados que assegurem que as transações sejam adequadamente capturadas, registradas e reconhecidas no momento adequado; e, (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (ii) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados a ocorrência, integridade, exatidão e o reconhecimento da receita no correto período de competência; (iii) a execução de testes, em base amostral, sobre transações de vendas, onde inspecionamos a documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, bem como os comprovantes de entrega de maneira a observar que somente as vendas entregues foram consideradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras; e, (iv) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas informatizados que suportam as transações de vendas. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão apresentadas nas notas explicativas nº 3.15 e nº 22.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinadas deficiências de controle interno nos processos de revisão da receita que alteraram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados. Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	940.858	752.981	916.474	743.535
Títulos e valores mobiliários	6	4.411	1.163	4.411	1.163
Contas a receber de clientes	7	634.869	531.690	611.800	527.984
Estoques	8	1.295.438	595.381	1.267.317	593.526
Tributos a recuperar	9	60.243	154.904	57.950	152.835
Instrumentos financeiros derivativos	21	4.835	-	4.835	-
Outros créditos		14.634	7.083	13.527	5.943
Total do ativo circulante		2.955.288	2.043.202	2.876.314	2.024.986
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	10.119	3.490	10.119	3.490
Contas a receber de clientes	7	3.857	1.417	3.857	1.414
Depósitos judiciais	16.b	2.811	11.725	2.811	11.725
Tributos diferidos	20	20.157	23.598	19.153	23.241
Tributos a recuperar	9	3.215	1.294	2.433	1.294
Partes relacionadas	28	-	-	15.509	12.960
Outros créditos		2.699	9.218	2.650	9.177
Investimentos	11	3.810	3.230	159.569	56.687
Direito de uso	10	9.862	-	3.390	-
Imobilizado	12	371.066	257.453	340.348	243.071
Intangível	13	172.912	87.523	72.313	49.117
Total do ativo não circulante		600.508	398.948	632.152	412.176
Total do ativo		3.555.796	2.442.150	3.508.466	2.437.162

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14	870.441	682.672	866.183	681.059
Financiamentos e empréstimos	15	137.104	151.575	135.648	148.934
Arrendamento mercantil	10	4.227	-	1.155	
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.756	6.016	3.756	6.016
Salários, encargos e participações a pagar	25	102.629	102.789	94.303	99.471
Tributos a recolher		3.412	4.929	-	4.053
Provisão de garantias		17.257	14.660	17.195	14.660
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16.a	810	420	810	420
Juros sobre capital próprio/dividendos	17.f	33.151	54.736	33.151	54.736
Outras contas a pagar		95.231	63.574	91.753	63.419
Total do passivo circulante		1.268.018	1.081.371	1.243.954	1.072.768
Passivo não circulante					
Financiamentos e empréstimos	15	306.590	349.952	306.450	348.331
Arrendamento mercantil	10	6.066	-	2.428	-
Tributos a recolher		154	9.308	154	9.308
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16.a	15.849	13.556	15.074	13.456
Investimentos com passivo a descoberto	11	-	-	-	5.336
Obrigações por compra de quotas	21	23.475	-	23.475	-
Outras contas a pagar		16.505	11.733	16.505	11.733
Total do passivo não circulante		368.639	384.549	364.086	388.164
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	1.074.500	350.000	1.074.500	350.000
Reserva de capital	17.b	(26.701)	-	(26.701)	-
Reservas de lucros	17.c	852.924	600.536	852.924	600.536
Ajustes de avaliação patrimonial	17.d	(558)	25.612	(558)	25.612
Ajustes acumulados de conversão	17.e	261	82	261	82
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.900.426	976.230	1.900.426	976.230
Patrimônio líquido de não controladores	17.g	18.713	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.919.139	-	1.900.426	-
Total do passivo e patrimônio líquido		3.555.796	2.442.150	3.508.466	2.437.162

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	3.087.172	2.134.376	3.000.182	2.106.235
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(2.177.896)	(1.433.542)	(2.156.239)	(1.428.446)
Lucro bruto		909.276	700.834	843.943	677.789
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	23	(356.114)	(260.663)	(340.175)	(253.352)
Administrativas e gerais	23	(182.955)	(142.334)	(158.769)	(126.374)
Equivalência patrimonial	11	-	-	3.079	(4.838)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	9b;23	(7.599)	88.537	14.017	89.894
		(546.668)	(314.460)	(481.848)	(294.670)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		362.608	386.374	362.095	383.119
Receitas financeira	24	72.860	100.905	71.798	100.786
Despesas financeira	24	(50.164)	(47.751)	(48.730)	(47.089)
Variação cambial, líquida	24	(14.778)	(122.802)	(14.781)	(121.526)
Resultado antes dos impostos		370.526	316.726	370.382	315.290
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(6.412)	(5.284)	(539)	(3.491)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	(605)	16.514	(5.400)	16.157
Lucro líquido do exercício		363.509	327.956	364.443	327.956
Resultado do exercício atribuído para:					
Participação controladores		364.443	327.956	364.443	327.956
Participação de não controladores		(934)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		363.509	327.956	364.443	327.956
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em R\$)	18				
Ordinárias		1,11	11,65	1,11	11,65

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		363.509	327.956	364.443	327.956
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes					
Variação cambial sobre investimentos no exterior	11	179	628	179	628
Resultado abrangente total		363.688	328.584	364.622	328.584
Resultado abrangente atribuído para:					
Participação controladores		364.622	328.584	364.622	328.584
Participação de não controladores		(934)	-	-	-

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)



Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido (consolidado)
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	350.000	-	46.785	271.178	31.555	25.887	(546)	-	724.859	-	724.859
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(275)	-	275	-	-	-
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	628	-	628	-	628
17.e	-	-	-	-	-	-	-	327.956	327.956	-	327.956
Destinações:											
Reserva legal	-	-	16.398	-	-	-	-	(16.398)	-	-	-
17.c	-	-	-	-	-	-	-	(2.269)	5.145	-	5.145
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	7.414	-	-	-	(33.570)	(33.570)	-	(33.570)
17.f	-	-	-	-	-	-	-	(37.450)	(48.788)	-	(48.788)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(11.338)	-	-	(238.544)	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	(238.544)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	238.544	-	-	-	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	350.000	-	63.183	278.592	258.761	25.612	82	-	976.230	-	976.230
Obrigação por compra de participação de não controladores	-	-	-	-	-	(25.896)	-	-	(25.896)	-	(25.896)
11.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores no patrimônio líquido decorrente de aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.122	11.122
18.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.525	8.525
Mais valia decorrente de aquisição, líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(274)	-	274	-	-	-
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	179	-	179	-	179
17.e	-	-	-	-	-	-	-	364.443	364.443	(934)	363.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17.a	724.500	-	-	-	-	-	-	-	724.500	-	724.500
Aumento de capital	-	(26.701)	-	-	-	-	-	-	(26.701)	-	(26.701)
17.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com emissão de ações											
Destinações:											
Reserva legal	-	-	18.222	-	-	-	-	(18.222)	-	-	-
17.c	-	-	-	-	-	-	-	(2.715)	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	2.715	-	-	-	(20.269)	(20.269)	-	(20.269)
17.f	-	-	-	-	-	-	-	(68.357)	(92.060)	-	(92.060)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(23.703)	-	-	(255.154)	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	255.154	-	-	-	-	-	-
17.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.074.500	(26.701)	81.405	281.307	490.212	(558)	261	-	1.900.426	18.713	1.919.139

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		370.526	316.726	370.382	315.290
Ajustes para:					
Juros provisionados e variação cambial		3.802	31.145	3.484	30.513
Depreciação	10;12	26.962	17.500	20.921	15.519
Amortização	13	13.660	5.911	4.770	3.380
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(3.079)	4.838
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16	2.683	6.999	2.008	6.999
Provisão para perda de crédito esperada	7	192	1.443	(1.725)	1.190
Provisão para perdas com estoques	8	10.789	496	7.003	496
Créditos financeiros, tributários e atualização monetária	23	(99.458)	(220.661)	(95.601)	(220.661)
Ajuste a valor presente		11.999	1.151	11.999	1.151
Provisão descontos comerciais		(2.250)	9.169	(2.250)	9.169
Provisão para garantias		2.597	1.941	2.535	1.941
Instrumentos financeiros derivativos		(7.095)	6.016	(7.095)	6.016
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado		3.567	6.629	3.685	7.642
		337.974	184.465	317.037	183.483
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(99.650)	(167.608)	(92.951)	(166.354)
(Aumento) redução em estoques		(690.594)	(162.486)	(684.283)	(161.496)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		192.198	108.301	189.347	110.273
(Aumento) redução em depósitos judiciais		8.914	(216)	8.914	(216)
(Aumento) redução em outros ativos		(10.411)	(4.102)	(18.509)	(3.608)
Aumento (redução) em fornecedores		206.927	222.797	205.298	220.912
Aumento (redução) em salários, encargos e participação a pagar		(2.860)	48.710	(5.168)	46.967
Aumento (redução) em tributos a recolher		(12.165)	(5.271)	(12.016)	(5.503)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		35.893	19.024	34.234	18.264
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.350)	(5.284)	(4.496)	(3.491)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(42.124)	238.330	(62.593)	239.231
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de investimentos em controladas, líquido do caixa e equivalentes de caixa	11.f	(81.608)	-	(81.608)	-
Aquisições de bens dos ativos imobilizados	12;29	(126.053)	(47.101)	(119.262)	(43.822)
Recebimento pela venda do imobilizado		-	476	-	449
Aumento de capital em investida		-	-	(2.269)	-
Aquisições de outros investimentos	11	(580)	(1.411)	(580)	(1.411)
Aquisições de bens dos ativos intangíveis	13	(28.302)	(4.968)	(28.198)	(4.934)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(236.543)	(53.004)	(231.917)	(49.718)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	(5.128)	(10.946)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		-	-	2.429	-
Empréstimos tomados	15	82.000	403.203	82.000	403.200
Empréstimos pagos (principal)	15	(138.718)	(198.175)	(138.124)	(197.585)
Empréstimos pagos (juros)	15	(28.438)	(16.415)	(26.264)	(16.369)
Pagamento de arrendamento (principal)	10	(919)	-	(283)	-
Pagamento de arrendamento (encargos financeiros)	10	(275)	-	(75)	-
Aumento de capital	17.a	724.500	-	724.500	-
Gastos com emissão de ações		(40.456)	-	(40.456)	-
Dividendos pagos	17.f	(93.979)	(22.586)	(93.979)	(22.586)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.f	(37.171)	-	(37.171)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		466.544	166.027	467.449	155.714
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		187.877	351.353	172.939	345.227
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	752.981	401.628	743.535	398.308
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	940.858	752.981	916.474	743.535

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos valores adicionados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	3.777.397	2.616.680	3.687.194	2.587.204
Vendas de mercadorias, produtos e serviços líquido de devoluções	3.759.209	2.599.488	3.667.254	2.569.759
Outras receitas	18.380	18.635	18.215	18.635
Provisão para perda de crédito esperada	(192)	(1.443)	1.725	(1.190)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.598.776)	(1.568.196)	(2.548.110)	(1.547.809)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.936.597)	(1.165.241)	(1.946.974)	(1.168.004)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(661.879)	(402.655)	(600.836)	(379.505)
Perda / recuperação de valores ativos	(300)	(300)	(300)	(300)
Valor adicionado bruto	1.178.621	1.048.484	1.139.084	1.039.395
Depreciação e amortização	(40.622)	(23.411)	(25.691)	(18.899)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.137.999	1.025.073	1.113.393	1.020.496
Valor adicionado recebido em transferência	182.554	298.454	181.701	293.463
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.079	(4.838)
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	182.554	298.454	178.622	298.301
Valor adicionado total a distribuir	1.320.553	1.323.527	1.295.094	1.313.959
Distribuição do valor adicionado	1.320.553	1.323.527	1.295.094	1.313.959
Pessoal	388.941	289.881	377.100	287.536
Remuneração direta	327.109	248.351	316.615	246.163
Benefícios	43.475	28.250	42.746	28.178
FGTS	18.357	13.280	17.739	13.195
Impostos, taxas e contribuições	383.023	333.330	373.305	328.107
Federais	32.617	74.768	27.188	73.478
Estaduais	349.123	258.006	345.722	254.412
Municipais	1.283	556	395	217
Remuneração de capitais de terceiros	185.080	372.360	180.246	370.360
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	174.431	367.984	170.119	366.011
Aluguéis	10.649	4.376	10.127	4.349
Remuneração de capitais próprios	363.509	327.956	364.443	327.956
Juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos	88.626	(71.020)	88.626	(71.020)
Lucros retidos no exercício	274.883	398.976	275.817	398.976

1. Contexto operacional

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (“Companhia”), constituída em 22 de março de 1976, é uma entidade com sede na cidade de São José (SC), com filiais no próprio município de São José (SC), Santa Rita do Sapucaí (MG), Manaus (AM), Jaboatão dos Guararapes (PE) e com investimentos para expansão na cidade de Tubarão (SC). Possui também empresas controladas em São José (SC), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e na Ásia.

Tem como atividades preponderantes a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados e produtos de energia e energia solar.

Em 2 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das ações, para serem negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “INTB3”. Vide nota explicativa nº 17.h.

Impactos do Covid-19

No primeiro trimestre de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19 e monitora os possíveis impactos em seus negócios, visando estabelecer ações de prevenção e mitigação de riscos. A seguir resumimos as principais dimensões de análise e monitoramento:

a) Pessoas:

Considerado pela Administração como de maior prioridade, requerendo maior atenção e zelo. Realizamos o monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes. Todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores foram tomadas e vem sendo regularmente revisadas com vistas a implementação de medidas complementares de segurança e proteção.

Para mitigar a transmissão do Covid-19 em nossas instalações industriais, centro de distribuição e sede administrativa, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa com nossos colaboradores sobre medidas de proteção e higiene no ambiente de trabalho, em casa e em ambientes públicos, distribuição de materiais de proteção aos colaboradores, flexibilização de jornadas, adoção do teletrabalho, regras rígidas de distanciamento, medição constante de temperatura, entre outros.

Até o presente momento tivemos êxito nessas medidas.

b) Produção e cadeia de fornecimento:

Desde o início da pandemia estivemos com nossa produção industrial paralisadas por não mais de 20 dias durante o ano de 2020, por força de Decretos de Governos Estaduais determinando o afastamento social. Em 2021 todos os protocolos de prevenção contra a Covid-19 foram mantidos, sem a necessidade de interrupção da nossa produção industrial.

A Companhia atua em 3 (três) grandes segmentos operacionais. Em função do aumento do teletrabalho por parte das empresas e profissionais, nosso segmento de Comunicação foi impactado positivamente, principalmente no ano de 2020, e os nossos negócios não sofreram queda de volume de vendas, mantendo a demanda por nossos produtos. As medidas de proteção às nossas pessoas também nos permitiram manter a produção sem interrupção ao longo do exercício.

Fatores adversos se mantêm presentes no ambiente de negócios, em especial a dificuldade no abastecimento e a logística internacional fragmentada e mais custosa, ambos já destacados nos primeiros períodos deste ano. Por outro lado, a Companhia segue seu ritmo de crescimento e evolução de seus negócios. Continuamos a monitorar ativamente a capacidade de entrega de nossos fornecedores, avaliando eventuais riscos de interrupções no fornecimento de materiais e insumos.

Mantemos índices de estoques compatíveis e necessários para enfrentar eventuais problemas de abastecimento.

c) Vendas e concessão de crédito

Como mencionado anteriormente nossos segmentos de negócios sofreram alta na ponta da demanda por produtos por conta do aumento da dependência das pessoas e empresas por comunicação a distância.

Nossa área de crédito vem monitorando o risco de crédito de nossos clientes considerando a atual situação econômica e de crise de saúde, para evitar risco de aumento de nossa inadimplência ou perdas no atual cenário.

d) Liquidez

Temos uma posição de caixa confortável para fazer frente a crise, bem como mantivemos sem alteração nossos limites de crédito com nossas instituições financeiras a fim de mitigar possíveis riscos de liquidez futuros. Temos avaliado constantemente eventuais riscos de escassez de crédito ou de diminuição de nossa capacidade de pagamentos, sendo que, até o momento, não identificamos riscos desta natureza.

Analizamos nossos indicadores de performance com maior frequência do que era praticado no pré-crise e tais avaliações são utilizadas para tomada de decisões mais rápidas de enfrentamento de potenciais riscos que possam surgir.

A Companhia continuará monitorando os impactos e, caso necessário, tomará as medidas e divulgações necessárias.

2. Base de elaboração das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação sobre sua capacidade de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, conforme relacionadas a seguir:

	Controlada	Participação (%)	
		31/12/2021	31/12/2020
Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited	Indireta	100%	100%
Ascent Asia Limited	Direta	100%	100%
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Direta	100%	100%
Seventh Ltda.	Direta	100%	100%
Khomp Indústria e Comércio Ltda	Direta	75%	-
Indústria de Telecomunicación Eletronica Brasileña de México, S.A. de C.V.	Direta	100%	100%
Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos Ltda.-ME. (*)	Direta	-	100%

(*) Vide nota explicativa nº 11.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que estão presentes os seguintes elementos de controle: possuir poder em relação à investida; apresentar exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e possuir capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir;
- Todos os saldos relevantes de transações entre empresas do grupo são eliminados;
- Eliminação dos saldos de investimento na proporção de seu respectivo patrimônio; e
- Reclassificação das mais-valias conforme a natureza de cada saldo.

A Companhia não possui investimentos em coligadas ou joint ventures.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificados na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada à terceiros que não estejam sob controle da Companhia, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (R\$), moeda funcional, às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (R\$) às taxas médias de câmbio.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e (iii) ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Reconhecimento subsequente

Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros ao custo amortizado ou (iii) como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): após o reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar com aquisição de empresas.

Desreconhecimento

Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6 Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

	<u>Vidas úteis</u>
Edificações	50 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações e benfeitorias	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	3 - 5 anos
Outros	1 - 5 anos

Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados juros no montante de R\$278 (R\$357 em 2020).

3.8 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento e juntamente com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(ii) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software.

(iii) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, as quais atualmente giram em torno de cinco anos.

3.9 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou em recuperação judicial.

3.10 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.11 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os estoques são avaliados mensalmente e provisão para perda com obsolescência é registrada, conforme descrito na nota explicativa nº 4.5.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Detalhes sobre as premissas adotadas estão descritas na nota explicativa nº 13.

Exceto pela provisão para perdas com estoques (nota explicativa nº 8), a Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.12 Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas. As provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas a partir da aplicação da média histórica de perdas realizadas e previstas para o exercício sobre contas a receber em aberto no encerramento do exercício.

3.13 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em política aprovada pela Administração e divulgada aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As provisões relevantes estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

3.15 Receita operacional

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos e serviços de segurança, comunicação e energia, como descrito na nota explicativa nº 1.

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições:

- i) O controle sobre os produtos é transferido para o comprador;
- ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos;
- iii) Os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis;
- iv) Os serviços são prestados.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (vide nota explicativa nº 7).

A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda.

3.16 Incentivos fiscais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, sendo os ganhos referentes ao Crédito financeiro – Lei nº 13.969/19 contabilizados no grupo de Outras (despesas) receitas operacionais líquidas, conforme nota explicativa número 9, e os demais ganhos contabilizados no grupo das deduções de vendas. Os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

3.20 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.22 Distribuição de lucros

É assegurado aos acionistas, por meio do Capítulo VI do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição se torna uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente aprovados até a data base das demonstrações financeiras.

3.23 Novas normas contábeis

Alterações às IFRSs com adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021:

- IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2021.
- IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021.

IFRSs novas e revisadas não obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, para os quais a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. São realizadas revisões de estimativas e premissas continuamente, de modo que eventuais alterações são feitas de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são:

4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros

significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 13.

4.2. Combinação de negócios

Existem incertezas relacionadas ao processo de combinação de negócios em decorrência da apuração de ágio e dos saldos de valores justos dos ativos e passivos líquidos adquiridos, bem em suas estimativas de vida útil. A Companhia conta com o trabalho de consultores especializados para elaboração de laudo técnico de alocação do preço de compra das aquisições (PPA – *Purchase Price Allocation*). Detalhamento sobre as principais políticas contábeis relacionadas a combinações de negócios são divulgadas na nota explicativa nº 3.1.

Durante o exercício de 2021 houve combinação de negócios relacionada à aquisição de 75% de participação na controlada Khomp Indústria e Comércio Ltda., conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

4.3. Realização de tributos diferidos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

4.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda, no histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização.

4.6. Provisão para descontos e verbas comerciais

A Companhia realiza pagamentos a seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas relacionados a propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício uma provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas e uma provisão é constituída para tais valores como redutora de contas a receber, no ativo, tendo como contrapartida receita de vendas. As estimativas de provisão levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação, como mencionado na nota explicativa nº 3.15. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas.

4.7. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes, conforme o canal de vendas, por estes apresentarem padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

4.8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contabilizados a valor justo por meio do resultado, quais sejam os contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), para proteção de variação cambial sobre títulos com fornecedores estrangeiros; contrato de Swap para proteção contra variação cambial e de taxa de juros de financiamentos e empréstimos bancários; além do registro de obrigação por compra de participação na controlada Khomp Indústria de Comércio Ltda. referente a uma opção de venda detida pelos detentores da participação residual de 25% sobre essa empresa. As incertezas relacionadas a estes saldos são referentes à apuração dos seus respectivos valores justos.

4.9. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A Companhia efetua julgamento para determinação da vida útil de seus ativos imobilizados e intangível. Essa estimativa é determinada com base no período em que se espera que estes ativos irão gerar benefício econômico para a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	19.673	15.798	18.580	13.324
Caixa e bancos – moeda estrangeira	27.947	10.732	26.951	9.798
Aplicações financeiras	893.238	726.451	870.943	720.413
	940.858	752.981	916.474	743.535

As aplicações financeiras de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, que foram em média de aproximadamente 101% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (101% em 31 de dezembro de 2020).

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	10.888	-	10.888	-
Aplicações financeiras – <i>Escrow account</i>	3.642	4.653	3.642	4.653
	14.530	4.653	14.530	4.653
Circulante	4.411	1.163	4.411	1.163
Não circulante	10.119	3.490	10.119	3.490

Os saldos de aplicações financeiras são remunerados pela variação do CDI e foram efetuadas para garantir as obrigações de indenização dos vendedores da Khomp Indústria e Comércio Ltda., empresa adquirida conforme destacado na nota explicativa nº 11.f. A liberação desse valor ocorrerá em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$3.197 em um ano após a aquisição e a segunda, no valor de R\$7.691 após cinco anos. A aplicação financeira em conta *escrow* tem a finalidade de garantir as obrigações de indenização dos vendedores da Seventh Ltda. (empresa adquirida), sendo que a liberação deste valor em favor dos vendedores ocorrerá em cinco parcelas anuais, sendo a primeira 12 meses após a data de aquisição. Para ambas as aplicações, a gestão dos depósitos é compartilhada, necessitando de autorização de ambas as partes para movimentação.

7. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
No país – terceiros	659.651	548.504	636.666	544.427
No exterior – terceiros	7.319	4.238	4.950	4.238
	666.970	552.742	641.616	548.665
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(14.084)	(13.892)	(11.799)	(13.524)
Ajuste a valor presente – AVP	(14.160)	(5.743)	(14.160)	(5.743)
	638.726	533.107	615.657	529.398
Circulante	634.869	531.690	611.800	527.984
Não circulante	3.857	1.417	3.857	1.414

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 8,07 % a.a. em 31 de dezembro de 2021 (6,56% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio de recebimento em 31 de dezembro de 2021 foi de 56 dias (69 dias em 31 de dezembro de 2020).

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer até 360 dias	613.353	518.040	592.460	514.017
A vencer mais 360 dias	8.039	5.928	8.039	5.928
Vencidos até 30 dias	21.531	13.060	20.563	13.035
Vencidos até 90 dias	5.668	4.025	4.515	4.011
Vencidos até 180 dias	2.297	1.350	2.019	1.346
Vencidos até 360 dias	2.398	1.930	2.235	1.921
Vencidos há mais de 360 dias	13.684	8.409	11.785	8.407
Saldo final	666.970	552.742	641.616	548.665

Movimentação da provisão para perda esperada para risco de crédito:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(13.892)	(12.449)	(13.524)	(12.334)
Constituição	(4.673)	(2.053)	(2.028)	(1.800)
Reversão	4.481	610	3.753	610
Saldo final	(14.084)	(13.892)	(11.799)	(13.524)

A Companhia utiliza uma abordagem simplificada, como permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para constituir de forma prospectiva um complemento de provisão de perdas esperadas. Esta estimativa é calculada tendo como base as perdas históricas sobre vendas, sendo aplicada sobre todas as contas a receber, incluindo-se os saldos a vencer. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	376.186	193.913	374.580	193.309
Produtos em elaboração	48.131	28.747	41.135	28.747
Produtos para Revenda	3.897	-	-	-
Matérias-primas e materiais auxiliares	369.072	131.319	355.376	129.800
Importações em andamento	395.422	214.416	395.402	214.416
Adiantamentos a fornecedores	81.830	32.464	78.513	32.432
Outros	47.870	7.214	45.195	7.214
	1.322.408	608.073	1.290.201	605.918
Provisão para obsolescência	(15.369)	(4.580)	(11.283)	(4.280)
Ajuste a valor presente - AVP	(11.601)	(8.112)	(11.601)	(8.112)
	1.295.438	595.381	1.267.317	593.526

Movimentação da provisão para obsolescência:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(4.580)	(4.084)	(4.280)	(3.784)
Constituição	(21.579)	(9.768)	(17.794)	(9.768)
Reversão	10.790	9.272	10.791	9.272
Saldo final	(15.369)	(4.580)	(11.283)	(4.280)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS	7.430	3.410	6.126	2.183
Crédito financeiro - Lei Nº 13.969/19 (a)	13.729	27.665	12.454	27.174
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	2.964	3.622	2.878	3.595
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS (b)	4.773	89.927	4.684	89.714
Programa de integração social – PIS (b)	1.064	19.350	1.044	19.303
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	14.058	6.990	13.758	6.926
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	12.513	5.192	12.512	5.191
Outros	6.927	42	6.927	43
	63.458	156.198	60.383	154.129
Circulante	60.243	154.904	57.950	152.835
Não circulante	3.215	1.294	2.433	1.294

(a) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em portarias interministeriais e constituiu o crédito financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui crédito no montante de R\$13.729, saldo consolidado, o qual vem sendo compensado com tributos federais periodicamente. Este saldo está sendo registrado em contrapartida a rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” no resultado do exercício e a Companhia espera compensar o total dos créditos dentro do próximo exercício. Vide detalhes na nota explicativa nº 23.

(b) Em outubro de 2020, o processo nº 5005026-09.2019.4.04.7200/SC, que teve início em 2007 referente à exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, transitou em julgado favoravelmente à Companhia no Tribunal Regional da 4ª região, permitindo a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal. Até 31 de dezembro de 2021, foi compensando um montante de R\$162.766 (o saldo remanescente deste crédito em 31 de dezembro de 2020 era de R\$105.187).

10. Arrendamentos

Ativo de direito de uso de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativo de direito de uso de arrendamento correspondem a salas administrativas e galpões logísticos.

Movimentação de ativos de direito de uso:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31 de dezembro, líquido	-	-	-	-
Adições	11.064	-	3.866	-
Depreciação	(1.153)	-	(476)	-
Variação cambial	(49)	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro, líquido	9.862	-	3.390	-
Em 31 de dezembro:				
Custo total	11.064	-	3.866	-
Depreciação acumulada	(1.153)	-	(476)	-
Variação cambial	(49)	-	-	-
Saldo contábil em 31 de dezembro, líquido	9.862	-	3.390	-

Passivo de arrendamento

Movimentação de passivo de arrendamento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31 de dezembro, líquido	-	-	-	-
Adições	11.064	-	3.866	-
Pagamento de principal	(919)	-	(283)	-
Pagamento de juros	(275)	-	(75)	-
Variação cambial e Juros	423	-	75	-
Saldo contábil em 31 de dezembro, líquido	10.293	-	3.583	-
Circulante	4.227	-	1.155	-
Não circulante	6.066	-	2.428	-

Pagamentos mínimos:

31/12/2021						
Consolidado	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Pis/Cofins Potencial
Valores mínimos a pagar	2.282	6.165	874	2.071	11.392	461
Despesas de juros	(305)	(666)	(496)	(387)	(1.854)	(29)
	1.977	5.499	378	1.684	9.538	432

31/12/2021						
Controladora	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Pis/Cofins Potencial
Valores mínimos a pagar	1.455	3.539	-	-	4.994	257
Despesas de juros	(151)	(159)	-	-	(310)	(17)
	1.304	3.380	-	-	4.684	240

Contratos por prazo e taxa de desconto:

	Taxa anual
Prazos dos contratos	
3 anos	3,95%
4 anos	3,92%
5 anos	3,92%
20 anos	3,93%

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 os investimentos da Companhia são compostos por participações em outras empresas, bem como outros investimentos, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	-	-	54.485	3.990
Mais valia na aquisição de empresas (*)	-	-	45.776	19.358
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (**)	-	-	55.498	24.773
Outros investimentos (***)	3.810	3.230	3.810	3.230
	3.810	3.230	159.569	51.351
Investimento	3.810	3.230	159.569	56.687
Investimento com passivo a descoberto	-	-	-	(5.336)

(*) Refere-se a mais valia apurada nas aquisições das controladas Decio, Seventh e Khomp.

(**) A Companhia possui ágios registrados pelas compras da Prediotech, Decio, Seventh e Khomp.

(***) Os outros investimentos referem-se ao investimento pelo valor de cota no FUNDO SC – Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras, no qual a Companhia detém 10,00% e no Fundo de Investimento em Participação Sul Inovação, no qual detém 4,65%.

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ascent	Controlada	100%	100%	1.133	1.322
Seventh	Controlada	100%	100%	12.144	6.924
Decio	Controlada	100%	100%	4.614	(3.438)
Khomp	Controlada	75%	-	36.594	-
Intelbras México	Controlada	100%	100%	-	1.080
Prediotech	Controlada	-	100%	-	(1.898)
				54.485	3.990
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial				54.485	9.326
Investimento com passivo a descoberto				-	(5.336)

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Ganho de variação cambial	Aquisições, baixas e outros	31/12/2021
Intelbras Mexico	1.080	(1.130)	49	1	-
Ascent	1.322	(319)	130	-	1.133
Prediotech	(1.898)	(371)	-	2.269	-
Seventh	6.924	5.220	-	-	12.144
Decio	(3.438)	8.052	-	-	4.614
Khomp	-	3.229	-	33.365	36.594
Mais valias	19.358	(11.602)	-	38.020	45.776
Ágios	24.773	-	-	30.725	55.498
Outros	3.230	-	-	580	3.810
	51.351	3.079	179	104.960	159.569
Investimentos	56.687				159.569
Passivo a descoberto	(5.336)				-

As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 31 de dezembro de 2021, estão apresentadas a seguir:

31/12/2021							
Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro (prej.) líquido
Ascent	1.712	2.843	3.422	-	1.133	13.626	(319)
Seventh	14.888	2.140	4.651	233	12.144	25.095	5.220
Decio	13.360	15.221	8.211	15.756	4.614	34.080	8.051
Khomp	48.573	12.003	7.710	4.074	48.792	42.565	4.305
Prediotech	-	-	-	-	-	584	(371)
Intebras México	-	-	-	-	-	-	(1.129)

a) Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira de México, S.A. de C.V.

A Diretoria decidiu pelo encerramento das operações da empresa localizada na Cidade do México, em dezembro de 2018, desde então não há mais operações, restando apenas a conclusão de processos de encerramento da empresa perante os órgãos competentes. Dessa forma, os saldos contábeis da investida foram baixados em 31 de dezembro de 2021.

b) Ascent Asia Limited

Controlada localizada na China (Wanchai, Hong Kong), que realiza atividades de consultoria comercial, gestão empresarial e de informações econômicas, focada na prospecção de novos negócios. A Ascent Asia Limited também é a empresa controladora da Ascend Trading& Consultation (Shenzhen) Company Limited, sediada em Shenzhen na China Continental, a qual realiza serviços de consultoria de comércio e logística, com o objetivo de oferecer suporte à Companhia nas atividades de desenvolvimento de fornecedores para seus insumos, bem como apoio nas atividades aduaneiras relacionadas às operações de importação realizadas pela Companhia.

c) Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA-ME.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração aprovou o ato de extinção de pessoa jurídica referente à baixa da Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA-ME. As atividades e produtos do referido negócio foram absorvidos pela Seventh Ltda., empresa do grupo e controlada pela Companhia, sobre a qual detém 100% do capital social, de modo que o ágio gerado na aquisição deste investimento foi mantido e será testado para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável a cada exercício.

d) Seventh Ltda.

Localizada em Santa Catarina (Florianópolis), a Seventh desenvolve soluções voltadas à videomonitoramento, controle de acesso, portaria remota e gerenciamento de eventos.

Na aquisição foi gerado um ágio atribuível a expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$21.594.

e) Décio Indústria Metalúrgica Ltda.

Atuando na fabricação de estruturas para servidores com especialização em gabinetes, a Décio Indústria Metalúrgica Ltda está situada em Santa Catarina (São José).

Na aquisição foi gerado um ágio atribuível a expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$1.788.

f) Khomp Indústria e Comércio Ltda.

Em abril de 2021, a Companhia adquiriu o controle por meio da compra de 75% do capital social da Khomp Indústria e Comércio Ltda. ("Khomp"), localizada em Santa Catarina (Florianópolis), com filial em São Paulo (SP), pelo valor de R\$89.182, sendo o valor de R\$78.680 pago à vista e o valor de R\$10.502 retido pela Companhia como garantia de pagamento de indenização pelos vendedores, decorrente de eventual materialização de contingências de natureza fiscal, trabalhista ou cível, além de perdas sobre estoques e recebíveis da adquirida, oriundas de fatos ocorridos anteriormente à celebração do contrato, valor este registrado na rubrica de "Títulos e valores mobiliários", conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Como parte do acordo de cotistas entre a Companhia e os sócios não controladores da Khomp, uma opção de venda ("put") para os não controladores e compra ("call") para a Companhia foram emitidas, que podem resultar em uma aquisição pela Companhia das cotas remanescentes da adquirida por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações, que poderão variar a depender do atingimento de certas metas, exercível a qualquer momento a partir do maio de 2025 por ambas as partes. Em 31 de dezembro de 2021, a opção de venda detida pelos não controladores está valorizada em R\$23.475 (R\$25.896 na data de aquisição), e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia. O valor da obrigação decorrente desse passivo financeiro foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado) e será atualizado trimestralmente, sendo a variação da obrigação reconhecida no resultado do exercício.

A empresa atua no desenvolvimento de produtos eletroeletrônicos de telecomunicação e de informática, prestação de serviços nas áreas de consultoria, treinamento, assessoria, instalação, manutenção de hardware e software, importação e exportação. O objetivo desta aquisição é complementar a linha de produtos e soluções tecnológicas de comunicação da Intelbras e a ação faz parte da estratégia que visa o crescimento sustentável, expansão da capacidade produtiva e comercial da Companhia.

Os trabalhos de avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos foram concluídos. Os montantes pagos superiores aos valores contábeis da aquisição, representado principalmente pelas sinergias advindas da combinação de negócios, foram segregados entre ágio (R\$30.724), e mais valias (R\$38.020), inclusive com os tributos diferidos calculados sobre essas mais valias (R\$12.927). O caixa adquirido em 30 de abril de 2021 foi de R\$7.574. Destacamos abaixo os saldos contábeis envolvidos no processo de aquisição da controlada em 30 de abril de 2021, referentes ao percentual de 100%:

Aquisição Khomp – Saldos em 30 de abril de 2021			
	Valor contábil	Mais-valia	Valor Justo
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	7.574	-	7.574
Contas a receber de clientes	14.578	-	14.578
Outros créditos	518	-	518
Estoques	20.547	3.174	23.721
Imobilizado	7.528	7.250	14.778
Intangível	-	40.268	40.268
Direito de uso	3.758	-	3.758
	54.503	50.692	105.195
Passivo			
Fornecedores	(1.047)	-	(1.047)
Tributos a recolher	(679)	-	(679)
Salários, encargos a pagar	(2.700)	-	(2.700)
Outras contas a pagar	(1.832)	-	(1.832)
Arrendamento mercantil	(3.758)	-	(3.758)
	(10.016)	-	(10.016)
Patrimônio líquido	44.487	50.692	95.179
Composição do custo de aquisição			
Patrimônio líquido			44.487
Mais valia			50.692
Tributos diferidos			(17.235)
Ágio			30.724
Participação de não controladores			(19.486)
Valor da aquisição			89.182

12. Imobilizado

	Consolidado									
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros	Obras em andamento	Imobilizado em trânsito	Total
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	20% a 100%			
Movimentação do custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.244	57.203	17.187	83.711	8.028	14.451	19.636	64.909	3.570	315.939
Adições	5.490	-	825	9.345	722	1.855	3.020	33.419	(2.691)	51.985
Transferências	-	48.286	20.691	8.881	437	2.578	1.955	(82.828)	-	-
Baixas	-	(4.266)	(936)	(2.996)	(336)	(371)	(965)	(753)	-	(10.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.734	101.223	37.767	98.941	8.851	18.513	23.646	14.747	879	357.301
Adições	19.602	751	2.440	6.410	1.857	4.199	8.799	81.806	2.103	127.967
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	2.928	1.169	68	340	280	954	1.424	365	-	7.528
Aquisições de controlada – mais valia	(353)	1.648	39	118	182	387	5.228	-	-	7.249
Transferências	-	22	2.388	22.528	889	5.747	10.562	(42.136)	-	-
Baixas	-	-	(6)	(3.693)	372	(711)	(2.887)	(1)	-	(6.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.911	104.813	42.696	124.644	12.431	29.089	46.772	54.781	2.982	493.119
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(13.654)	(8.356)	(39.681)	(3.964)	(7.772)	(12.424)	-	-	(85.851)
Depreciação	-	(1.564)	(1.868)	(8.267)	(727)	(2.273)	(2.801)	-	-	(17.500)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-
Baixa	-	206	118	2.059	348	355	417	-	-	3.503
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(15.012)	(10.106)	(45.890)	(4.343)	(9.689)	(14.808)	-	-	(99.848)
Depreciação	-	(2.002)	(2.338)	(9.892)	(923)	(3.350)	(7.304)	-	-	(25.809)
Baixa	-	-	-	1.378	35	607	1.584	-	-	3.604
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(17.014)	(12.444)	(54.404)	(5.231)	(12.432)	(20.528)	-	-	(122.053)
Saldo líquido de depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.244	43.549	8.831	44.030	4.064	6.679	7.212	64.909	3.570	230.088
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.734	86.211	27.661	53.051	4.508	8.824	8.838	14.747	879	257.453
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.911	87.799	30.252	70.240	7.200	16.657	26.244	54.781	2.982	371.066

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às informações anuais -- Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora									
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros	Obras em andamento	Imobilizado em trânsito	Total
Taxa média anual de depreciação		2%	10%	10% a 20%	10%	20% a 33%	20% a 100%			
Movimentação do custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.288	53.622	17.112	80.966	7.767	13.946	19.432	64.905	1.036	304.074
Adições	5.490	-	43	2.949	667	1.548	3.020	33.419	(157)	46.979
Transferências	-	48.286	20.691	8.881	437	2.578	1.956	(82.829)	-	-
Baixas	-	(4.268)	(933)	(3.040)	(460)	(404)	(889)	(745)	-	(10.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.778	97.640	36.913	89.756	8.411	17.668	23.519	14.750	879	340.314
Adições	19.602	30	2.320	6.085	1.754	3.293	7.828	78.285	1.978	121.175
Transferências	-	22	3.125	22.495	636	5.733	8.891	(40.902)	-	-
Baixas	-	-	(7)	(3.658)	(43)	(637)	(2.244)	(1)	-	(6.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.380	97.692	42.351	114.678	10.758	26.057	37.994	52.132	2.857	454.899
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(13.414)	(8.340)	(39.553)	(3.909)	(7.736)	(12.358)	-	-	(85.310)
Depreciação	-	(1.459)	(1.789)	(6.869)	(594)	(2.072)	(2.736)	-	-	(15.519)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-	-	-	-
Baixa	-	1	120	2.307	360	435	363	-	-	3.586
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(14.872)	(10.009)	(44.116)	(4.143)	(9.372)	(14.731)	-	-	(97.243)
Depreciação	-	(1.800)	(2.322)	(8.341)	(771)	(2.806)	(4.405)	-	-	(20.445)
Baixa	-	-	-	1.371	32	568	1.166	-	-	3.137
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(16.672)	(12.331)	(51.086)	(4.882)	(11.610)	(17.970)	-	-	(114.551)
Saldo líquido de depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	45.288	40.208	8.772	41.413	3.858	6.210	7.074	64.905	1.036	218.764
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.778	82.768	26.904	45.640	4.268	8.296	8.788	14.750	879	243.071
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.380	81.020	30.020	63.592	5.876	14.447	20.024	52.132	2.857	340.348

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 alocada ao custo de produção e às despesas administrativas no consolidado montam R\$15.351 (R\$11.029 em 2020) e R\$10.458 (R\$6.471 em 2020), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos (nota explicativa nº 15).

As obras em andamento referem-se a melhorias nas áreas industriais e de tecnologia da informação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou fator de risco que indicasse que o valor registrado contabilmente no ativo imobilizado estivesse superior ao valor de recuperação. Como divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia está monitorando o impacto do Covid-19 na economia. Até o presente momento não foi identificado nenhum impacto relacionado a pandemia que pudesse indicar a necessidade de provisão de *impairment* seus ativos tangíveis.

13. Intangível

	Consolidado					Total
	Ágios	Marcas e patentes	Outros	Projetos em andamento	Softwares	
<u>Taxa média anual de amortização</u>			16%		20%	
<u>Movimentação do custo</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58.140	6.014	1.694	4.124	41.683	111.655
Adições	-	-	-	4.103	865	4.968
Baixas	-	-	(61)	(194)	(98)	(353)
Transferências	-	-	-	(4.434)	4.434	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.140	6.014	1.633	3.599	46.884	116.270
Adições	30.724	-	-	21.285	7.017	59.026
Aquisição de controlada – mais valia	-	20.093	17.857	-	2.318	40.268
Baixas	-	-	-	(150)	(104)	(254)
Transferências	-	-	-	(1.980)	1.980	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.864	26.107	19.490	22.754	58.095	215.310
<u>Movimentação da amortização</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	(1.016)	-	(22.664)	(23.680)
Amortização no exercício	-	-	(348)	-	(5.563)	(5.911)
Baixas	-	-	844	-	-	844
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	(520)	-	(28.227)	(28.747)
Amortização no exercício	-	-	(7.271)	-	(6.389)	(13.660)
Baixas	-	-	-	-	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	(7.791)	-	(34.607)	(42.398)
<u>Saldo líquido de amortização</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	58.140	6.014	678	4.124	19.019	87.975
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.140	6.014	1.113	3.599	18.657	87.523
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.864	26.107	11.699	22.754	23.488	172.912

	Controladora				
	Ágios em Investidas	Outros	Projetos em andamento	Softwares	Total
Taxa média anual de amortização		16%		20%	
Movimentação do custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.366	293	4.124	33.316	71.099
Adições	-	-	4.103	831	4.934
Baixas	-	(293)	(194)	(2)	(489)
Transferências	-	-	(4.434)	4.434	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.366	-	3.599	38.579	75.544
Adições	-	-	21.285	6.913	28.198
Baixas	-	-	(150)	(105)	(255)
Transferências	-	-	(1.980)	1.980	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.366	-	22.754	47.367	103.487
Movimentação da amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	(23.047)	(23.047)
Amortização no exercício	-	-	-	(3.380)	(3.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	(26.427)	(26.427)
Amortização no exercício	-	-	-	(4.770)	(4.770)
Baixas	-	-	-	23	23
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	(31.174)	(31.174)
Saldo líquido de amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.366	293	4.124	10.269	48.052
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.366	-	3.599	12.152	49.117
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.366	-	22.754	16.193	72.313

Ativos com vida útil definida

Avaliamos anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços as análises conduzidas pela Administração não revelaram indicadores ou fatores que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável. Como divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia está monitorando o impacto do Covid-19 na economia. Até o presente momento não foi identificado nenhum impacto relacionado a pandemia que pudesse indicar a necessidade de provisão de *impairment* seus ativos intangíveis.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	Tipo de aquisição	Segmento	31/12/2021	31/12/2020
Maxcom do Brasil Ltda.	Incorporada	Segurança	1.348	1.348
Engesul Produtos Eletrônicos	Incorporada	Segurança	11.610	11.610
Automatiza Ind. Com. de Equip. Eletrônico Ltda.	Incorporada	Segurança	20.408	20.408
Prediotech Consultoria e Projetos Tecnológicos LTDA	Incorporada	Segurança	1.392	1.392
Seventh Ltda.	Controlada	Segurança	21.594	21.594
Décio Indústria Metalúrgica LTDA	Controlada	Comunicação	1.788	1.788
Khomp Indústria e Comércio LTDA	Controlada	Comunicação	30.724	-
			88.864	58.140

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada UGC. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,00% (3,20% em 2020).

As projeções são descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"). A taxa de desconto depois dos impostos aplicada nas projeções de fluxo de caixa é de 10,40% a.a. a 13,78% a.a. em 2021 (8,10% a.a. a 13,46% a.a. para 2020).

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Administração elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações no lucro antes dos impostos e resultado financeiro (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) e na taxa de desconto nominal conforme apresentado abaixo:

	Depreciação	Taxa Utilizada	Apreciação
EBIT – Maxcom	28,93%	29,93%	30,93%
EBIT – Engesul	15,01%	16,01%	17,01%
EBIT – Automatiza	17,59%	18,59%	19,59%
EBIT – Décio	17,56%	18,56%	19,56%
EBIT – Seventh	34,84%	35,84%	36,84%
EBIT – Khomp	19,37%	20,37%	21,37%
WACC	11,87%	12,87%	13,87

Como resultado da análise de sensibilidade não identificamos necessidade de constituição de qualquer provisão para recuperação em relação aos valores de ágio registrados em 31 de dezembro de 2021.

Gastos com pesquisa

Os custos de pesquisa e desenvolvimento realizados pela Companhia são direcionados a diversos produtos eletrônicos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento que não são elegíveis para capitalização, no valor de R\$102.110 em 31 de dezembro de 2021 (R\$70.478 em 31 de dezembro de 2020) foram reconhecidos como despesa no exercício no grupo de outras despesas operacionais, líquidas.

14. Fornecedores

As aquisições de insumos para produção da Companhia são feitas em maior número por meio de importação de fornecedores internacionais, representando cerca de 89,38% do saldo em aberto na data de 31 de dezembro de 2021. O ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de 2,39% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (2,77% a.a. para 31 de dezembro de 2020), a qual se refere a taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de *forfait* para os fornecedores da Companhia. Para compor o saldo consolidado foram excluídos os valores referentes a transações *intercompany*. O prazo médio de pagamento de fornecedores da Companhia é de 110 dias (129 dias em 31 de dezembro de 2020). Apresentamos a seguir a abertura destes saldos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	68.492	51.755	64.261	50.142
Fornecedores de importados	492.023	306.513	491.996	306.513
Fornecedores nacionais – <i>forfait</i>	24.183	5.352	24.183	5.352
Fornecedores importados – <i>forfait</i>	288.186	321.402	288.186	321.402
	872.884	685.022	868.626	683.409
Ajuste a valor presente – AVP	(2.443)	(2.350)	(2.443)	(2.350)
	870.441	682.672	866.183	681.059

Os saldos com partes relacionadas e com terceiros estão abaixo demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas				
Fornecedores nacionais	-	-	536	623
Fornecedores de importados	263.219	202.754	263.627	202.754
Total de fornecedores partes relacionadas (nota nº 28)	263.219	202.754	264.163	203.377
Não relacionados	609.665	482.268	604.463	480.032
Total de fornecedores	872.884	685.022	868.626	683.409

Forfait

A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores.

A Companhia não desreconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia em contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

15. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 21.

					Consolidado		Controladora	
Financiadores / credores	Taxa efetiva	Início	Venc.	Garantias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FINEP	3% a.a. +TR	abr/14	abr/24	Fiança bancária	58.945	84.208	58.945	84.208
FINEP	3% a.a. +TR	jun/19	jun/29	Fiança bancária	122.642	122.577	122.642	122.577
PSI - Inovação 2018	1,1% e 2,61% a.a. + TLP e TR	dez/19	fev/27	Fiança bancária	82.347	72.096	82.347	72.096
PSI - Inovação 2016	1,86% a.a. + TJLP	jun/17	mar/23	Hipoteca (imóveis - matriz e filial SI)	25.861	46.534	25.861	46.534
PSI - Inovação 2021	2,70% a.a. e 1,55% a.a. + TS	nov/21	dez/31	Aval dos diretores	72.263	-	72.263	-
FINIMP D	3,7% a.a.	out/19	out/22	Aval dos diretores	1.596	4.262	-	-
Citibank Swap	CDI + 3,50% a.a.	mar/20	mar/23	Aval dos diretores	50.750	85.076	50.750	85.076
Itaú	CDI + 3,50% a.a.	abr/20	abr/22	Aval dos diretores	29.290	86.774	29.290	86.774
					443.694	501.527	442.098	497.265
Circulante					137.104	151.575	135.648	148.934
Não circulante					306.590	349.952	306.450	348.331
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos							
PSI	Programa de Sustentação de Investimentos							
FINIMP	Financiamento de Importação							

Garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos e instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 (consolidado):

Imobilizado	101.318
Carta fiança	268.897
	370.215

O custo total de contratação das cartas fiança vigentes em 31 de dezembro de 2021 foi de 0,69% a.a., sendo registrado em outros créditos e apropriados ao resultado pela competência de acordo com sua vigência como despesas financeiras. A Companhia reconheceu no exercício o total de R\$1.681 (R\$1.203 em 2020) referente à despesa financeira para contratação dessa modalidade de garantia.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	501.527	266.709	497.265	264.173
Captações	82.000	404.930	82.000	403.200
Juros e variação cambial	27.323	44.478	27.221	43.846
Amortização do principal	(138.718)	(198.175)	(138.124)	(197.585)
Pagamento de juros	(28.438)	(16.415)	(26.264)	(16.369)
Saldo final	443.694	501.527	442.098	497.265

Os termos e condições dos empréstimos em aberto estão apresentados a seguir:

a) Finep

A linha de Financiamento Reembolsável tem por definição o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das empresas brasileiras disponibilizado pelo BNDES. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do projeto “Programa Intelbras de comunicação unificada e atualização tecnológica para internacionalização da empresa”. O contrato possui carência de 36 meses. O principal da dívida será pago em 85 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 14 de abril de 2017, e a última em 15 de abril de 2024. Em 29 de dezembro de 2020, a empresa recebeu uma nova tranche no valor de R\$56.700. Próximas tranches previstas são: 3ª R\$24.300; 4ª R\$24.300; 5ª R\$29.700; e 6ª R\$32.400.

b) Programa de Sustentação de Investimento – PSI

São recursos disponibilizados pelo BNDES direcionados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos. Após a comprovação da aplicação de recursos em investimentos, o BNDES concede à Companhia empréstimo equivalente a até 80% dos recursos investidos. Os pagamentos são mensais e, durante o período de carência, a liquidação dos juros ocorre trimestralmente. O pagamento do principal ocorre conforme detalhado abaixo:

PSI – Inovação 2021: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2024, e a última em 15 de dezembro de 2031.

PSI - Inovação 2018: O principal da dívida será pago em 87 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2020, e a última em 15 de março de 2027.

PSI - Inovação 2016: O principal da dívida será pago em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2019, e a última em 15 de março de 2023.

c) Finimp

Financiamento de importação, onde o pagamento é efetuado à vista para o exportador através de um banco contratado, que se torna credor, e assume-se o compromisso de liquidar a operação com o banco até o vencimento acordado.

d) Citibank – Swap

Empréstimo de USD20.000 tomados no primeiro trimestre de 2020 e que será pago em 11 parcelas de igual valor vencendo-se a primeira em 24 de setembro de 2020 e a última em 24 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a pagar em dólares totaliza USD9.095.

e) Itaú

Empréstimo de R\$100.000 tomado no segundo trimestre de 2020 e que será pago em 7 parcelas de igual valor vencendo-se a primeira em 08 de outubro de 2020 e a última em 08 de abril de 2022.

f) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas de compromisso relacionadas a indicadores de endividamento/ativo (<75%) e dívida líquida/EBITDA ($\leq 2,5$) ("covenants"), as quais estão sendo plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

O contrato com o Citibank determina que a Companhia observe o seguinte índice financeiro: Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA), inferior ou igual a 2,5, com base no encerramento de cada exercício social. A exigência está sendo plenamente atendida em 31 de dezembro de 2021.

O cronograma de desembolso dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	125.707	-	124.234
2023	73.210	70.196	73.070	70.048
2024	50.457	39.457	50.457	39.457
2025	42.179	31.179	42.179	31.179
2026	42.179	31.179	42.179	31.179
2027 a 2029	98.565	52.234	98.565	52.234
	306.590	349.952	306.450	348.331

16. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias, cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio. Com base na opinião de seus advogados, a Administração da Companhia mantém o registro da provisão para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações (avaliadas com risco de perda provável). Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a esses processos.

a. Composição da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	3.316	2.133	3.219	2.133
Cíveis	3.129	2.314	3.129	2.314
Tributárias	10.214	9.529	9.536	9.429
	16.659	13.976	15.884	13.876
Circulante	810	420	810	420
Não circulante	15.849	13.556	15.074	13.456

Movimentação da provisão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo ao início do exercício	13.691	6.977	13.876	6.877
Saldo proveniente de aquisição de controlada	285	-	-	-
Complemento de provisão	4.399	8.542	3.664	8.542
Reversão/baixas de provisão	(1.716)	(1.543)	(1.656)	(1.543)
Saldo ao final do exercício	16.659	13.976	15.884	13.876

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços. Nenhuma causa trabalhista em que a Companhia ou uma de suas subsidiárias figuram como parte foi considerada individualmente relevante.

Cíveis

Relativas a processos de discussões gerais de cobrança, indenizações e execução, bem como, processos judiciais discutindo questões de natureza comercial relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos fornecidos pela Companhia. Nenhuma causa cível foi considerada individualmente relevante.

Tributárias

As principais discussões tributárias estão relacionadas aos processos de Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) de partes e peças importadas para industrialização, conforme processo produtivo definido. O entendimento do Fisco federal para este tópico é para o enquadramento como produto acabado. O processo está aguardando julgamento do recurso voluntário pelo CARF.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As causas com probabilidade de perda possível estão distribuídas nas áreas trabalhistas, cível e tributária, sendo os principais temas de natureza tributária, conforme seguem:

- Crédito tributário parcial mantido pelo CARF que questionava a tributação do IRPJ e CSLL sobre crédito presumido de ICMS;
- Auto de infração referente crédito tributário decorrente de glosa de crédito presumido de ICMS concedido pelo Estado de origem;
- Auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de displays de LCD;
- Auto de infração questionando a tributação do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS;
- Parcelamento da MP 470 com a utilização de Prejuízos Fiscais e discussão a repetição de indébito tributário.

O principal tema de natureza cível é:

- Discussão judicial envolvendo prestação de serviços e fornecimento de materiais.

Não há processos individualmente relevantes de natureza trabalhista. Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	3.252	3.455	3.252	3.455
Cíveis	4.979	3.745	4.979	3.745
Tributárias	49.665	48.909	49.665	48.909
	57.896	56.109	57.896	56.109

Ativos contingentes

Os valores dos ativos contingentes considerados como ganhos possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia totalizam o montante consolidado de R\$71.353 em 31 de dezembro de 2021 (R\$17.301 em 31 de dezembro de 2020). Sendo os principais temas:

- Mandado de segurança impetrado com objetivo de garantir o direito da Companhia à limitação de 20 salários mínimos da base de cálculo das contribuições a terceiros (Sistema "s") cujo valor da causa atualizado R\$41.657, se refere ao pedido de restituição dos pagamentos dos últimos 5 anos;
- A Companhia discute judicialmente o direito de não recolher o ICMS no deslocamento interestadual de mercadorias para estabelecimentos do mesmo contribuinte. Em recente decisão judicial, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que o ICMS pago em períodos anteriores, incidente nas operações de transferência entre estabelecimentos da mesma empresa, devem ser restituídos aos contribuintes. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.866.

b. Composição dos depósitos judiciais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	870	779	870	779
Fiscal	1.941	10.946	1.941	10.946
	2.811	11.725	2.811	11.725

Os depósitos trabalhistas referem-se a diversas ações movidas por ex-funcionários onde a Companhia teve que realizar depósitos recursais enquanto discute o mérito dos valores pleiteados.

O principal motivo da variação nos saldos foi o encerramento do processo referente a tese tributária de "IPI sobre produtos acabados", pois a Companhia obteve êxito em primeiro e segundo grau (Justiça Federal em Florianópolis e TRF4 em Porto Alegre), contudo a União conseguiu reverter a decisão via recurso especial no STJ, de modo que o valor de R\$15.804 anteriormente depositado judicialmente foi baixado para pagamento, bem como o passivo registrado em impostos a recolher.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$724.500, com a emissão de 46.000.000 novas ações ordinárias com o preço de R\$15,75 no âmbito de oferta no mercado de ações. Conforme detalhado no item “h” abaixo.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia é de R\$1.074.500 (R\$350.000 em 31 de dezembro de 2020). Segue abaixo a composição acionária sendo que todas as ações são Ordinárias:

Acionistas	Quantidade	%
Família Freitas	210.167.323	64,15%
Dahua Europe B. V	32.761.111	10,00%
Ações em circulação	84.682.676	25,85%
Total das ações	327.611.110	100,00%

b. Reserva de capital

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: gastos com elaboração de prospecto e relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; gastos com publicidade; taxas e comissões; custos de transferência; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social.

c. Reservas de lucros

(i) *Reserva Legal*

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) *Retenção de lucros*

Constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro ou para futura distribuição para os acionistas.

(iii) *Incentivos fiscais*

Referem-se aos montantes recebidos de incentivos fiscais concedidos à Companhia pelos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010 a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado.

Como parte do acordo de cotistas entre a Companhia e os sócios não controladores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (adquirida), uma opção de venda (“put”) e compra (“call”) foi emitida, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das cotas remanescentes, para a qual foi reconhecido um passivo não circulante com efeito na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” pelo valor de R\$25.896, conforme mencionado na nota explicativa nº 11 (f).

e. Ajustes acumulados de conversão

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior.

f. Remuneração aos acionistas

Juros sobre capital próprio

Em 2021 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$20.269 dos quais, R\$ 10.434 não foram pagos ao longo do próprio exercício. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro registrou os juros sobre o capital próprio do exercício na conta de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis.

Dividendos

Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição de dividendos complementares aos lucros do exercício de 2020 no valor de R\$23.702.

Em 27 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos antecipados no valor de R\$44.075 referentes aos lucros do primeiro semestre de 2021, tais pagamentos foram realizados em 10 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 foram provisionados R\$24.282 referentes ao dividendo mínimo obrigatório conforme previsto na Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia. Vide detalhamento abaixo:

	Cálculo dos dividendos	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	364.443	327.956
Reserva legal - 5%	(18.222)	(16.398)
Reservas de incentivos fiscais	(2.714)	(2.268)
Base de cálculo	343.507	309.290
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	85.876	77.322
Dividendos pagos	44.075	22.586
Juros sobre capital próprio pagos	9.834	-
(-) IRRF sobre JSCP pagos	(1.197)	-
Total de dividendos e JSCP pagos	52.712	22.586
Saldo de dividendos a pagar	24.282	26.202
Saldo de juros sobre capital próprio a pagar	10.435	33.570
(-) IRRF sobre JSCP a pagar	(1.566)	(5.036)
Total de dividendos e JSCP a pagar	33.151	54.736

g. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação acionária de terceiros, correspondente a 25% no capital social da controlada Khomp Indústria e Comércio Ltda., acrescida da mais valia oriunda da combinação de negócios, conforme detalhado na nota explicativa nº 11 (f).

h. Oferta pública de ações

Em 25 de novembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"). Em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das 46.000.000 (quarenta e seis milhões) ações, para serem distribuídas no Brasil, com esforços de colocação no exterior. As ações foram autorizadas para negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "INTB3". O preço por ação foi fixado em R\$15,75 (quinze reais e setenta e cinco centavos), sendo que o preço por ação foi calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por ações, e aferida tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de Bookbuilding. A oferta foi liquidada no dia 05 de fevereiro de 2021. Baseado no preço mencionado no parágrafo imediatamente anterior, os recursos brutos com o IPO atingiram a cifra de R\$724.500 antes das comissões e despesas.

A Companhia incorreu com R\$40.456 em gastos com a oferta. Esses gastos estão apresentados líquidos dos efeitos dos impostos, no montante de R\$26.701, em "Gastos com emissão de ações", registrados no patrimônio líquido.

18. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

	Exercício findo em	
	31/12/2021	31/12/2020
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	364.443	327.956
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	327.611.110	28.161.111
Denominador (em milhares de ações):		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	327.611.110	28.161.111
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,1124	11,6457

Não há, na data em 31 de dezembro de 2021, instrumentos de patrimônio com efeito de diluição do capital.

19. Incentivos fiscais

1. Imposto sobre produtos industrializados - IPI

A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs.

As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

O valor deste benefício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$99.458 (R\$85.445 em 31 de dezembro de 2020), contabilizado na rubrica “Outras receitas operacionais” na demonstração do resultado.

2. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios na apuração do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS:

2.1. Estado de Santa Catarina

Regulamento do ICMS/SC - Decreto nº 2.870/2001, permite a redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com equipamentos de automação, informática e telecomunicações, ficando facultado aplicar diretamente o percentual de 12% (doze por cento) sobre a base de cálculo integral. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática nº 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Este benefício possibilita uma carga tributária de aproximadamente 3% para os produtos fabricados em Santa Catarina. O prazo de vigência dos benefícios é até 31 de dezembro de 2032, conforme Lei Complementar 160/17.

A Companhia utiliza ainda benefícios fiscais previstos em regulamento para produtos importados do exterior. O prazo de vigência dos benefícios é até 31 de dezembro de 2025, conforme Lei Complementar 160/17.

O valor deste benefício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$101.839 (R\$88.034 em 31 de dezembro de 2020).

2.2. Estado de Minas Gerais

Por meio do regulamento do ICMS/MG - Decreto 43.080/02, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS autorizado em Protocolo de Intenções com o Estado de Minas Gerais e previsto em Regime Especial. O prazo de vigência dos benefícios é até 31 de dezembro de 2032, conforme Lei Complementar 160/17.

O valor deste benefício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$23.999 (R\$20.568 em 31 de dezembro de 2020).

2.3. Estado do Amazonas

Por meio da Lei no 2.826/2003, é permitida a utilização de crédito estímulo do ICMS autorizado em Projeto aprovado com o Estado do Amazonas que relaciona os produtos beneficiados. O prazo de vigência dos benefícios é até 31 de dezembro de 2073, conforme Constituição Federal.

O valor deste benefício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$83.461 (R\$57.911 em 31 de dezembro de 2020).

2.4. Estado do Pernambuco

Por meio da Lei no 11.675/1999, é permitida a utilização de crédito presumido do ICMS autorizados pelos Decretos 47.885/2019 e 50.584/2021, publicados pelo Estado do de Pernambuco. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2022, que pode ser prorrogado, de acordo com os interesses do Estado. Todas as condições impostas para usufruir dos incentivos fiscais estão sendo atingidas pela Companhia.

A filial iniciou suas atividades em 01 de julho de 2021 e o valor deste benefício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2.744.

3. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia usufruiu do benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei. O prazo de vigência dos benefícios é indeterminado.

20. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social)

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias.

As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.990	13.876	15.884	13.876
Provisão para garantias	17.195	14.660	17.195	14.660
Provisão para estoques obsoletos	11.583	4.280	11.283	4.280
Provisão para perda esperada para risco de crédito (*)	2.644	8.730	2.644	8.730
Ágio (**)	(33.366)	(33.366)	(33.366)	(33.366)
Mais valia	(53.510)	(19.323)	(44.356)	(19.323)
Provisão para lei de informática	712	3.748	712	3.748
Diferença de depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(11.175)	(7.420)	(11.175)	(7.420)
Custo atribuído e revisão da vida útil dos bens do imobilizado	(38.390)	(38.806)	(38.390)	(38.806)
Efeitos de reconhecimento de <i>cut-off</i> de receita - CPC 47 (IFRS 15)	37.440	44.645	37.440	44.645
Provisão para verbas comerciais	11.931	26.025	11.931	26.025
AVP - clientes e fornecedores	23.317	11.505	23.317	11.505
Operações com derivativos – SWAP	(4.835)	(1.414)	(4.835)	(1.414)
Operações com derivativos – NDF	3.756	7.430	3.756	7.430
Operações com derivativos - Opções	23.745	-	23.745	-
Outros	17.425	6.578	16.757	6.578
Total diferenças temporárias	24.462	41.148	32.542	41.148
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	8.317	13.990	11.064	13.990
<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u>				
Prejuízo fiscal	24.816	19.162	13.784	18.111
Alíquota do IR diferido	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	6.204	4.791	3.446	4.528
Base negativa	62.617	53.527	51.585	52.476
Alíquota da contribuição social diferida	9%	9%	9%	9%
Contribuição social diferido sobre base negativa	5.636	4.817	4.643	4.723
<u>Tributos diferidos</u>				
Imposto de renda diferido	12.320	15.077	11.582	14.815
Contribuição social diferida	7.837	8.521	7.571	8.426
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	20.157	23.598	19.153	23.241

(*) Parte do valor da provisão para perdas com clientes é formada por títulos que já preenchem os requisitos para dedutibilidade e foram considerados como dedutíveis.

(**) O ágio pago quando da aquisição de empresas foi amortizado fiscalmente a partir do momento em que as Empresas adquiridas foram incorporadas. O imposto de renda e a contribuição diferidos foram constituídos na medida que a amortização fiscal ocorreu. Sendo que na presente data o ágio fiscal encontra-se integralmente amortizado.

Os tributos diferidos estão apresentados líquidos entre ativos e passivos, conforme CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2021	31/12/2021
2022	-	-
2023	5.862	5.862
2024 – 2026	5.978	2.227
	11.840	8.089

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	370.526	316.726	370.382	315.290
Equivalência patrimonial	-	-	(3.079)	4.838
Juros sobre o capital próprio	(20.272)	(33.570)	(20.272)	(33.570)
Incentivos fiscais	(308.293)	(251.958)	(302.408)	(248.857)
Efeito de reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa	(9.889)	-	-	-
Gastos com pesquisa e inovação tecnológica Lei nº 11.196/05	(18.791)	(13.951)	(18.791)	(13.951)
Ação Judicial - Atualização financeira exclusão ICMS BC PIS e COFINS	-	(62.851)	-	(62.851)
Outros	7.356	12.575	(8.365)	1.848
	20.637	(33.029)	17.467	(37.253)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(7.017)	11.230	(5.939)	12.666
<u>Alíquota nominal</u>				
Corrente	(6.412)	(5.284)	(539)	(3.491)
Diferido	(605)	16.514	(5.400)	16.157
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(7.017)	11.230	(5.939)	12.666
Alíquota efetiva	(1,89%)	3,55%	(1,60%)	4,02%

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

1. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes na data do balanço foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Riscos operacionais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para perda de crédito esperada, no consolidado no montante de R\$14.084 em 31 de dezembro de 2021 (R\$13.892 em 31 de dezembro de 2020) e na controladora R\$11.799 em 31 de dezembro de 2021 (R\$13.524 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente bancária	47.584	26.503	45.497	23.087
Aplicações financeiras	893.238	726.442	870.943	720.413
Títulos e valores mobiliários	14.530	4.653	14.530	4.653
Contas a receber de clientes	666.970	552.742	641.616	548.664
	1.622.322	1.310.340	1.572.586	1.296.817

(ii) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	31/12/2021			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	870.057	-	-	870.057
Contas a pagar por aquisição de empresa	5.878	3.146	13.372	22.396
Financiamentos e empréstimos	145.490	196.990	154.833	497.313
Obrigações por compra de cotas	-	-	37.936	37.936
	1.021.425	200.136	206.141	1.427.702

	31/12/2020			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	685.022	-	-	685.022
Contas a pagar por aquisição de empresa	1.157	4.125	2.063	7.345
Financiamentos e empréstimos	151.575	228.417	121.535	501.527
	837.754	232.542	123.598	1.193.894

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém um contrato de empréstimo de USD9.095 com o Citibank (USD16.364 em 31 de dezembro de 2020), indexado pela Libor e acrescido de uma taxa de 2,16% a.a., com vencimento em abril de 2023, para o qual contratou um derivativo (contrato de Swap), com valor notional de mesmo montante, tendo o CDI como indexador e vencimento para a mesma data do contrato. A contraparte do derivativo é também o Citibank. Adicionalmente, a Companhia possui Contratos a Termo de Moedas totalizando USD54.564 com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa futuro contra oscilações de câmbio. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo e, exceto pelos contratos descritos anteriormente, não possui outro contrato derivativo.

Os Contratos a Termo de Moedas têm prazo médio de 90 dias entre a data de contratação e seu vencimento, tendo as seguintes contrapartes:

	USD – mil
Citibank	18.086
Bradesco	15.096
Itaú	6.957
BTG	6.830
XP	5.911
CCB	1.171
HSBC	513
	54.564

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento eletroeletrônico. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Adicionalmente, há o contrato por compra de ações conforme mencionado na nota explicativa nº 11.f, que poderá variar a depender do atingimento de certas metas relacionadas ao EBITDA das operações da adquirida.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. Em 31 de dezembro de 2021 há operações de Contratos a Termo de Moedas e SWAP contratadas para mitigar riscos aos fluxos de caixa de contratos com fornecedores e empréstimo junto ao Citibank, respectivamente, em função das variações de câmbio.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Instrumentos com taxa de juros variável</u>				
Títulos e valores mobiliários	14.530	4.653	14.530	4.653
Financiamentos e empréstimos	(442.098)	(497.265)	(442.098)	(497.265)
Contratos a Termo	(3.756)	(7.430)	(3.756)	(7.430)
Contrato de SWAP	4.835	1.414	4.835	1.414
<u>Instrumentos com taxa de juros fixo</u>				
Financiamentos e empréstimos	(1.596)	(4.262)	-	-

(v) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição contábil no consolidado estava assim representada (apresentado em reais):

	31/12/2021						31/12/2020					
	Moeda estrangeira						Moeda estrangeira					
	Dólar US\$	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total	Dólar US\$	Euro €	Libra £	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo												
Caixa e equivalentes de caixa	26.930	21	-	-	996	27.947	9.776	22	-	-	934	10.732
Contas a receber de clientes	5.859	-	-	-	-	5.859	4.229	9	-	-	-	4.238
Contrato de Swap	4.835	-	-	-	-	4.835	1.414	-	-	-	-	1.414
Passivo												
Fornecedores	(709.620)	(402)	(75)	(1.021)	-	(711.118)	(627.848)	(58)	-	(4)	(5)	(627.915)
Financiamentos e empréstimos	(50.749)	(1.596)	-	-	-	(52.345)	(85.076)	(4.262)	-	-	-	(89.338)
Contratos a Termo	(3.756)	-	-	-	-	(3.756)	(7.430)	-	-	-	-	(7.430)
Exposição líquida	(726.501)	(1.977)	(75)	(1.021)	996	(728.578)	(704.935)	(4.289)	-	(4)	929	(708.299)

A Administração avalia que as exposições ao risco cambial são aceitáveis para suas operações.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial das contas a receber e fornecedores em moeda estrangeira, ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes com variações de 25% e 50%, de redução ou de aumento em relação a taxa base, sendo a taxa utilizada esperada para os próximos 12 meses. Adicionalmente, estas variações de 25% e 50% correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a respectiva despesa e receita de variação cambial. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021. A cotação do dólar utilizado na projeção foi de R\$5,60.

	(Despesa)/Receita				
	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário Provável	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Caixa e equivalentes de caixa	49	73	98	122	146
Contas a receber de clientes	14	21	28	35	42
Fornecedores	(1.242)	(1.864)	(2.485)	(3.106)	(3.727)
Financiamentos e empréstimos	(91)	(137)	(183)	(229)	(274)
Instrumentos financeiros derivativos	2	3	4	5	6
Impacto no resultado	(1.268)	(1.904)	(2.538)	(3.173)	(3.807)

(vi) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

2. Instrumentos financeiros - valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Classificação
	31/12/2021		31/12/2020		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	19.673	19.673	15.798	15.798	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa – moeda estrangeira	27.947	27.947	10.732	10.732	Custo amortizado
Aplicações financeiras	893.238	893.238	726.442	726.442	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	14.530	14.530	4.653	4.653	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	638.726	638.726	533.107	533.107	Custo amortizado
Contrato a Termo	-	-	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contrato Swap	4.835	4.835	1.414	1.414	Valor justo por meio do resultado
Passivo					
Fornecedores	870.441	870.441	682.672	682.672	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos - com encargos	443.694	441.626	501.527	500.301	Custo amortizado
Outras contas a pagar – aquisição de controlada	16.203	16.203	7.345	7.345	Custo amortizado
Obrigações por compra de quotas	23.475	23.475	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contrato a Termo	3.756	3.756	7.430	7.430	Valor justo por meio do resultado
Contrato Swap	-	-	-	-	Valor justo por meio do resultado

Os derivativos são mensurados de acordo com o cálculo de marcação a mercado na data base.

Mensuração do valor justo reconhecido nas demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;

Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e

Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia, exceto para a obrigação por compra de ações decorrente da aquisição da Khomp, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.f, para a qual utiliza-se o nível 3.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas mantêm contrato derivativo (Swap e Contratos a Termo) como mencionado nesta nota explicativa. Exceto por esse instrumento, não há outros instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Contas a receber de clientes e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - inclui encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

3. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de dezembro de 2021 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021 e este definido como o cenário provável; a partir deste são calculadas variações de 25% e 50%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

	31/12/2021				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Aplicações financeiras	25.530	21.275	17.020	12.765	8.510

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de dezembro de 2021 foi extraída a projeção da LIBOR, período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021, assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, as quais correspondem a percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para o período de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	31/12/2021				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Financiamentos e empréstimos	10.283	8.569	6.930	5.142	3.428

Para derivativos se estimou a cotação esperada para 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021, tendo como base o montante atual de valor nominal contratado.

	31/12/2021				
	Cenário I +50%	Cenário II +25%	Cenário provável	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Swap e Contratos a Termo de Moedas	2	3	4	5	6

4. Gestão de capital

O capital social inclui ações ordinárias e as demais reservas atribuíveis aos acionistas controladores. O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio da correlação da dívida líquida (ou caixa líquido) em relação ao patrimônio líquido. A política da Companhia é a de manter uma posição de caixa líquido ou, em caso de dívida líquida, que a correlação seja entre 20% e 40%. A Companhia inclui na dívida líquida os financiamentos e empréstimos sujeitos a juros, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos e empréstimos sujeitos a juros	443.694	501.527	442.098	497.265
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(940.858)	(752.981)	(916.474)	(743.535)
Dívida líquida consolidada	(497.164)	(251.454)	(474.376)	(246.270)
Patrimônio líquido	1.918.665	976.230	1.900.426	976.230
Correlação	(26%)	(26%)	(25%)	(25%)

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpra com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos *covenants* financeiros de quaisquer financiamento e empréstimos sujeitos a juros no exercício. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

22. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Venda de produtos	4.093.017	2.781.210	3.998.474	2.750.851
Ajuste a valor presente – AVP	(37.020)	(24.654)	(37.020)	(24.654)
Verbas comerciais	(99.427)	(76.711)	(99.426)	(76.711)
Devoluções	(187.221)	(84.697)	(184.632)	(84.257)
Deduções de vendas:				
IPI (*)	(232.781)	(171.090)	(229.957)	(173.057)
ICMS	(189.281)	(107.188)	(191.116)	(105.741)
PIS	(46.144)	(32.321)	(45.595)	(31.971)
COFINS	(212.609)	(149.627)	(210.072)	(148.011)
ISS	(1.283)	(546)	(395)	(214)
Lei Nº13.969/19	(79)		(79)	
Receita operacional líquida	3.087.172	2.134.376	3.000.182	2.106.235

(*) O aumento de saldo na linha de IPI é devido à alteração na legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação. Até 31 de março de 2020 a Companhia usufruiu de benefícios fiscais concedidos pela Lei Federal de Informática nº 8.248/91, a qual dispunha sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. O direito à fruição do benefício estava condicionado ao cumprimento, pela Companhia, dos requisitos e condições estabelecidos pela legislação vigente até então, entre estes, a aplicação anual de parte do seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País.

A partir de 01 de abril de 2020, a Companhia passou a ser enquadrada nas disposições da Lei nº 13.969/2019 que alterou a Lei nº 8.248/91, por meio da qual, a Companhia passa a ter direito a Crédito Financeiro a ser compensado com tributos federais sob requisitos semelhantes aos citados na lei anterior, dentre eles a aplicação anual de parte do seu faturamento bruto no mercado interno decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, tendo como principal alteração a forma de concessão do benefício, não sendo mais redução de IPI, mas sim, crédito financeiro a ser compensado com tributos federais.

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas por função				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	2.177.896	1.433.542	2.156.239	1.428.446
Com vendas	356.114	260.663	340.175	253.352
Administrativas e gerais	182.955	142.334	158.769	126.374
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	7.599	(88.537)	(14.017)	(89.894)
	2.724.564	1.748.002	2.641.166	1.718.278
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados				
Matéria-prima e revenda	1.984.707	1.309.941	1.976.381	1.313.163
Custos fixos de produção	206.554	142.193	193.223	133.875
Ajuste a valor presente – AVP	(13.365)	(18.592)	(13.365)	(18.592)
	2.177.896	1.433.542	2.156.239	1.428.446
Com vendas				
Pessoal e benefícios	169.137	121.128	157.047	115.142
Gastos variáveis com vendas	59.452	35.342	59.198	35.284
Fretes	51.829	41.522	51.575	41.519
Despesas de marketing	31.012	33.456	30.807	33.441
Serviços de terceiros	14.717	8.473	13.775	7.863
Viagens e representações	13.898	7.682	13.101	7.247
Manutenção e material de apoio	6.655	3.459	6.554	3.339
Utilidades	5.161	4.187	4.733	4.092
Depreciação e amortização	4.829	3.381	4.697	3.355
Outros	(576)	2.033	(1.312)	2.070
	356.114	260.663	340.175	253.352
Administrativas e gerais				
Pessoal e benefícios	151.820	123.210	130.836	109.539
Serviços de terceiros	14.817	6.811	12.754	5.539
Manutenção e material de apoio	7.420	5.417	6.941	4.752
Depreciação e amortização	5.701	4.820	5.093	4.632
Utilidades	2.987	2.422	2.826	1.845
Outros	210	(346)	319	67
	182.955	142.334	158.769	126.374
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas				
Gastos com P&D	102.110	70.478	83.575	66.341
Crédito financeiro	(99.458)	(84.017)	(95.601)	(84.017)
Exclusão do ICMS da BC de Pis e Cofins	-	(73.579)	-	(73.579)
Alocação de realização de mais valia	9.541	-	-	-
Resultado de participação em fundos	(1.060)	(1.314)	(1.060)	(1.314)
Baixa de provisão para investimento no exterior	(1.220)	(602)	(1.220)	(602)
Outros	(2.314)	497	289	3.277
	7.599	(88.537)	(14.017)	(89.894)

24. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas aplicações financeiras	37.722	13.711	36.958	13.659
Juros (i)	3.579	64.840	3.330	64.773
Ajuste a valor presente	28.603	25.639	28.603	25.639
Ajuste a valor presente – Opção de compra	2.420	-	2.420	-
Outros	536	(3.285)	488	(3.285)
Receitas financeira	72.860	100.905	71.799	100.786
Ganho com variação cambial	72.928	176.906	72.928	178.216
Variação cambial – Empréstimos	11.195	16.019	11.195	16.019
Receitas com derivativos – SWAP	13.993	7.889	13.993	7.889
Receitas com derivativos – Contratos a Termo	72.313	16.360	72.313	16.360
Receitas com variação cambial	170.429	217.174	170.429	218.484
Juros sobre financiamentos e empréstimos	(25.021)	(21.260)	(24.869)	(21.163)
Despesas bancárias	(7.078)	(4.394)	(6.097)	(3.901)
Despesas com antecipação de recebíveis	(15)	(52)	(15)	(52)
IOF sobre operações financeiras	(828)	(902)	(743)	(847)
Ajuste a valor presente	(16.760)	(20.730)	(16.760)	(20.730)
Outros	(462)	(413)	(246)	(396)
Despesas financeira	(50.164)	(47.751)	(48.730)	(47.089)
Perda com variação cambial	(94.465)	(295.809)	(94.469)	(295.843)
Variação cambial – Empréstimos	(13.269)	(25.934)	(13.269)	(25.934)
Despesas com derivativos – SWAP	(10.572)	(9.302)	(10.572)	(9.302)
Despesas com derivativos – Contratos a Termo	(66.901)	(8.931)	(66.901)	(8.931)
Despesas com variação cambial	(185.207)	(339.976)	(185.211)	(340.010)
Resultado financeiro, líquido	7.918	(69.648)	8.287	(67.829)

(i) Em 31 de dezembro de 2020, foram contabilizados o valor de R\$62.851 da correção sobre a ação de exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS e da COFINS após trânsito em julgado, conforme informado na nota 9b.

25. Salários, encargos e participações a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários	11.857	10.278	11.105	9.663
Encargos	10.712	7.895	9.452	7.386
Provisões férias e encargos sobre provisão	35.344	22.506	31.256	21.277
Participação nos lucros	44.213	61.402	42.004	60.456
Outros	503	708	486	689
	102.629	102.789	94.303	99.471

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiro vigente para abril 2021 a abril 2022:

Riscos cobertos	Importância segurada	Franquia
Incêndio / desentulho / tumulto / explosão / implosão	R\$244.000	15% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$270.000,00
Alagamento / inundação	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$250.000,00
Danos elétricos	R\$1.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$5.000,00
Lucros cessantes (P.L.4 meses)	R\$145.000	5 dias
Quebra de máquinas	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$25.000,00
Roubo e/ou furto qualificado do conteúdo	R\$2.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$50.000,00
Vendaval, furacão, ciclone, queda aeronave, impacto	R\$30.000	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$250.000,00
Incêndio / desentulho / tumulto / explosão / implosão	R\$5.000	Os prejuízos indenizáveis deverão ser somados aos prejuízos da cobertura de origem para a dedução da respectiva franquia
Bens do segurado em poder de terceiros	R\$1.500	10% prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$10.000,00

27. Informação por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela administração da Intelbras para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo a lucro bruto a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Segurança

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à segurança eletrônica, tais como equipamentos para videovigilância analógica (CFTV), videovigilância IP (CFTV IP), alarmes e sensores contra intrusão, alarmes e sensores contra incêndio e controle de acessos (controladores e dispositivos para uso condominial, residencial e empresarial).

Comunicação

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à comunicação de voz, imagem e dados, bem como para infraestrutura de redes. São comercializados equipamentos para a infraestrutura de redes empresariais, residenciais e de fibra ótica, sistemas de comunicação residenciais, empresariais e seus acessórios.

Energia

Segmento formado por linhas de negócio associadas ao fornecimento de energia para equipamentos eletroeletrônicos e consumidores em geral, além de dispositivos para proteção e economia de energia em residências, empresas e condomínios. São comercializadas as linhas de fontes, baterias, nobreaks, sensores de iluminação, além de geradores de energia solar on-grid e off-grid.

As operações da Companhia são realizadas no Brasil e no exterior, e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	Consolidado			
	31/12/2021			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	917.976	1.620.093	549.103	3.087.172
Lucro bruto	239.315	552.164	117.797	909.276

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	772.713	1.147.074	214.589	2.134.376
Lucro bruto	230.099	418.635	52.100	700.834

Apresentamos abaixo as informações dos ativos que regularmente são geradas e analisadas pelos gestores dos respectivos segmentos, que compreendem os seguintes ativos: contas a receber, imobilizado e intangível. Os passivos são compostos por fornecedores. Esses dados são regularmente analisados pela Administração para avaliar os investimentos e alocação de recursos necessários para cada segmento. A Companhia efetuou melhorias na divulgação dos ativos e passivos divulgáveis, de modo a apresentar os saldos compondo as adequações à contabilização referente às normas contábeis de CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente e CPC 12 – Ajuste a valor presente, e à alocação das áreas comuns de forma proporcional.

	31/12/2021			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Ativos	397.230	464.038	148.524	1.009.792
Passivos	132.974	457.257	280.210	870.441

	31/12/2020			
	Comunicação	Segurança	Energia	Total
Ativos	357.069	446.222	74.792	878.083
Passivos	242.761	371.817	68.094	682.672

28. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia tem como atividade preponderante a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados. O detalhamento das empresas controladas pela Companhia está descrito na nota explicativa 2.4.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações de balanço				
Ativo				
Empréstimos				
Empréstimos Concedidos – Prediotech	-	-	-	2.478
Empréstimos Concedidos – Décio	-	-	15.509	10.482
	-	-	15.509	12.960
Contas a receber				
Contas a receber – Khomp	-	-	16	-
Contas a receber – Décio	-	-	15	-
	-	-	31	-
Passivo				
Fornecedores				
Fornecedores – Dahua	(263.219)	(202.754)	(263.219)	(202.754)
Fornecedores – Décio	-	-	(522)	(343)
Fornecedores – Ascent	-	-	(408)	(280)
Fornecedores - Khomp	-	-	(14)	-
	(263.219)	(202.754)	(264.163)	(203.377)
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações de resultado				
Vendas realizadas pela Dahua para a Companhia	(514.719)	(339.875)	(514.719)	(339.875)
Vendas realizadas pela Décio para a Companhia	-	-	(22.494)	(7.525)
Vendas realizadas pela Ascent para a Companhia	-	-	(5.855)	(9.081)
Vendas realizadas pela Khomp para a Companhia	-	-	(94)	-
Vendas realizadas pela Ascent para a Dahua	4.559	-	-	-
Vendas da Decio para Khomp	-	-	435	-
Vendas realizadas pela Khomp para a Seventh	-	-	22	-
Vendas realizadas pela Companhia para a Khomp	-	-	40	-
Vendas realizadas pela Companhia para a Décio	-	-	12	-
Vendas realizadas pela Companhia para Seventh	-	-	10	-
Total de transações de resultado com partes relacionadas	(510.160)	(339.875)	(542.643)	(356.481)

Transações entre partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador Selic. Por fim, a Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua Europe B.V. Nos termos do Acordo de Cooperação, a Companhia concede a fornecedora Dahua o direito de prioridade no fornecimento de produtos de circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observados, pela fornecedora Dahua, o cumprimento de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. A partir de novembro de 2019, a fornecedora Dahua adquiriu ações representativas de 10% do capital social da Companhia.

Garantias

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos descritos na nota explicativa nº 15 e que são concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$37.328 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$10.037 em 31 de dezembro de 2020). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde. A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

O pessoal-chave da Administração não possui benefícios de longo prazo, como plano de pensão, plano de remuneração em ações, entre outros.

Outras transações entre partes relacionadas

Em 25 de fevereiro de 2021 a Companhia efetuou aquisição de terreno situado na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, com a finalidade de utilização para construir uma planta fabril. O terreno com 33.007,40m² foi adquirido pelo valor de R\$5.490 da empresa Fazenda Revoredo Ltda, pertencente aos acionistas majoritários da Companhia.

29. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Itens que não afetaram caixa:				
Variação cambial em controlada no exterior	181	626	181	626
Reconhecimento de contratos de arrendamento	7.306	-	3.866	-
Reconhecimento de tributos diferidos passivos em aquisição de investida	16.591	-	12.444	-
Opções de compra de participação de não controladores	25.896	-	25.896	-
Aquisição de imobilizado a prazo	(1.913)	(3.157)	(1.913)	(3.157)
Aquisição de imobilizado com financiamentos e empréstimos – Finimp	-	(1.727)	-	-
Provisão de dividendos a pagar	33.151	54.736	33.151	54.736

30. Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato, por meio do qual se comprometeu a adquirir 100% das quotas da empresa Renovigi Energia Solar S.A.. A adquirida atua no segmento de Energia Solar, consolidada no mercado nacional, apoiando-se em uma rede capilar de parceiros para revenda de seus produtos. A aquisição trará aos diversos canais de vendas e parceiros da Companhia uma grande oportunidade de realização de negócios, ampliando a disponibilidade de produtos ao mercado local e fazendo com que toda a cadeia seja beneficiada. A Companhia pagará aos vendedores o valor total estimado de R\$334.336 a depender do atingimento de determinadas metas. A transação prevista no Contrato está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes ao fechamento usuais em operações desta natureza, incluindo, sem limitação, a aprovação da Transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.